



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia - IP

Departamento de Psicologia Clínica - PCL

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG-PsiCC

Coletivos Feministas de Mães Universitárias: Apoio Mútuo e Luta por Reconhecimento

Institucional

Jacyara dos Santos Caldas

Orientadora: Prof^a Dr^a Sílvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos

Brasília, 2022

Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia - IP

Departamento de Psicologia Clínica - PCL

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG-PsiCC

Coletivos Feministas de Mães Universitárias: Apoio Mútuo e Luta por Reconhecimento

Institucional

Jacyara dos Santos Caldas

Orientadora: Prof^a Dr^a Sílvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Brasília, 2022

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e
Cultura (PPG-PsiCC/UnB)

Coletivos Feministas de Mães Universitárias: Apoio Mútuo e Luta por Reconhecimento

Institucional

Jacyara dos Santos Caldas

Banca Examinadora

Brasília, 15 de junho de 2022.

Prof^a Dr^a Silvia Renata Magalhães Lordello (Presidente)

PpsiCC/PCL/IP/UnB

Prof^a Dr^a Larissa Polejack Brambatti (Membro Titular)

PpsiCC/PCL/IP/UnB

Prof^a Dr^a Alessandra da Rocha Arrais (Membro Externo)

Escola Superior em Ciências da Saúde (ESCS)

Prof^a Dr^a Sheila Giardini Murta (Membro suplente)

PPsiCC/PCL/IP/UnB

Agradecimentos

Agradeço ao I Ching, pela sabedoria milenar que ele contempla.

Agradeço à psicóloga, professora e pesquisadora Dr^a Silvia Renata Magalhães Lordello, minha orientadora, por todo o acolhimento e apoio dado de diferentes formas e em distintos momentos, sempre com diálogos e reflexões. Trago aqui minha admiração profunda por seu trabalho e ressalto o seu comprometimento para a prática de uma psicologia crítica e inclusiva. Agradeço, também, aos colegas de curso, técnicos administrativos e docentes do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, da Universidade de Brasília, pelo aprendizado, troca de vivências e apoio dado nos momentos necessários.

Agradeço à minha família, Maria, Jovelino, Júlio César, Liliam, Rafael e Luísa. E incluo como minha família, a Josilma, quase uma segunda mãe, e minha amiga-irmã Vânia. Amo vocês! Nem sempre concordamos com os posicionamentos, mas mesmo os embates trazem crescimento e fortalecem a nossa relação. Serão sempre pessoas imprescindíveis em minha vida e que dão significado a minha caminhada. Agradeço de igual forma a todas as mulheres ancestrais da família, minhas avós, bisavós, etc. Sinto que grande parte do meu percurso foi realizado muito antes do meu nascimento e graças a vocês.

Agradeço aos amigos que sempre me proporcionam acolhimento e me dão espaço para que possamos compartilhar nossas experiências, impressões, reflexões e vivências. Considero vocês uma segunda família. Agradeço também aos monges e amigos do zen budismo que me incentivaram na prática da compaixão sem distinção e ressaltaram sempre a importância do coletivo e da mente quieta e em plena atenção. O acesso a esse ensinamento e a busca por esse comportamento direcionaram meu caminho de forma infável.

Agradeço aos colegas de trabalho da Diretoria da Diversidade, da Universidade de Brasília, que me acolheram sem distinção e muito me ensinaram sobre alteridade, diversidade e as várias formas de violações de direitos que podem ocorrer dentro e fora do âmbito universitário. Para além de colegas de trabalho, são pessoas admiráveis e amigos de coração e para toda hora. De igual forma, agradeço também às pessoas que de alguma forma contribuem para o desenvolvimento do trabalho da Diretoria da Diversidade.

Agradeço aos coletivos que atuam nas universidades, principalmente aos coletivos que pautam temáticas feministas. Também agradeço às mulheres que pertencem a coletivos de mães universitárias e que me ajudaram em algumas etapas da pesquisa. A existência desses coletivos lança luz sobre as práticas sociais em locais acadêmicos e incentivam as transformações dessas práticas para maior inclusão e diminuição das violências.

Agradeço à Universidade de Brasília, que me permitiu a realização do meu trabalho diário e também permitiu a ampliação do meu aprendizado por meio dos estudos de mestrado.

Por fim, agradeço a todos que encontrei no meu caminhar por esse planeta e que, de uma forma ou de outra, acrescentaram algo e transformaram meu ser. Considero sagrada toda relação, independente do tempo de sua duração, no qual o ser se permita tocar e ser tocado por uma experiência verdadeira.

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.*

*A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.*

*Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.*

Conceição Evaristo, “Vozes-Mulheres”

Sumário

Agradecimentos	iv
Sumário	viii
Lista de Figuras.....	x
Lista de Quadros	xi
Lista de Tabelas	xi
Lista de Anexos.....	xii
Lista de Símbolos e de Abreviações	xiii
Resumo	xv
Abstract.....	xvi
Apresentação.....	17
Manuscrito I: Feminismos, Sororidade e Enfrentamento Coletivo de Mulheres à Violência de Gênero na Universidade.....	22
Resumo.....	22
Abstract	23
Introdução.....	24
Feminismos: Uma Concepção Pluralista.....	26
Sororidade: Um Vocábulo em Construção	32
Enfrentamento Coletivo de Mulheres à Violência de Gênero na Universidade.....	34
Considerações Finais.....	42
Referências	43
Manuscrito 2: Coletivo de Mães Universitárias: Aspectos de Apoio Mútuo e de Apoio Institucional.....	50
Resumo.....	50
Abstract	51
Introdução.....	52
Método	53
Participantes.....	53
Instrumento e Procedimento	54
Análise	55
Cuidados Éticos	56
Resultados	56
Percepções sobre o Coletivo de Mães	60

Percepções sobre a Rotina Familiar ou Doméstica no Período Pandêmico	64
Percepções sobre a Instituição de Ensino Superior	68
Discussão.....	73
Considerações Finais.....	79
Referências	80
Considerações Finais da Dissertação	85
Referências	89
Anexo A.....	91
Instrumento de Coleta de Dados	91

Lista de Figuras

Figura 1 72

Lista de Quadros

Quadro 1.....	56
Quadro 2.....	61

Lista de Tabelas

Tabela 1.....	59
---------------	----

Lista de Anexos

Anexo A – Instrumento de coleta de dados.....91

Lista de Símbolos e de Abreviações

CA	Centro Acadêmico
CEP/CHS	Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais
CODIM	Coordenação das Mulheres
CODSEX	Coordenação da Diversidade Sexual
COQUEI	Coordenação da Questão Indígena
COQUEN	Coordenação da Questão Negra
DCE	Diretório Central de Estudantes
DIV	Diretoria da Diversidade
ESCS	Escola Superior em Ciências da Saúde
IBGE	Índice Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFG	Instituto Federal de Goiás
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IP	Instituto de Psicologia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Km	Quilômetro
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e outros
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NIEM	Núcleo Interseccional em Estudos da Maternidade

PCL	Departamento de Psicologia Clínica
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPG-PsiCC	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura
RU	Restaurante Universitário
Sars-CoV-2	Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
UnB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

Resumo

De que forma pode ser realizado um enfrentamento coletivo de mulheres à violência de gênero no contexto universitário? Neste trabalho foi proposto um diálogo entre a teoria abordada em uma revisão narrativa e os dados obtidos em uma pesquisa utilizando método misto. A pesquisa empírica foi realizada para explorar a percepção de vinte mulheres, vinculadas a treze instituições de ensino superior, participantes de coletivo de mães universitárias, sobre o apoio mútuo entre pares no coletivo e sobre o apoio das instituições de ensino superior a esse grupo. Foi averiguada também a percepção de como o período pandêmico alterou a rotina das participantes. Utilizou-se a análise de conteúdo de Minayo para o estudo das respostas obtidas por meio de um questionário eletrônico. Os resultados mostraram que foi percebida, pelas participantes, sobrecarga de tarefas para as mães no período pandêmico, interferindo no desempenho acadêmico e agravando situações de vulnerabilidade psicossocial. Mostraram ainda que o coletivo de mães é percebido pelas participantes como um local acolhedor, solidário, político e de troca de informações pertinentes às mães universitárias. Por outro lado, a instituição de ensino é percebida pelas participantes como um espaço não acolhedor para mães, que não reconhece em totalidade as demandas das mães universitárias e implementa poucas ações exclusivamente direcionadas à permanência desse grupo. Ao final, foi sugerido pela pesquisadora que, compreendendo as especificidades desse grupo, as instituições de ensino superior adotem políticas de permanência direcionadas a mães universitárias, bem como adotem políticas que promovam igualdade de gênero no ambiente acadêmico.

Palavras-chave: universidade, enfrentamento coletivo, coletivo de mães universitárias

Abstract

How can a collective confrontation of women against gender violence be carried out in the university context? In this work, a dialogue was proposed between the theory approached in a narrative review and the data obtained in a research using mixed method. Empirical research was carried out to explore the perception of twenty women, linked to thirteen institutions of higher education, participants of collective of university mothers, about mutual support among peers in the collective and about the support of higher education institutions to this group. The perception of how the pandemic period changed the participants' routine was also investigated. Minayo's content analysis was used to study the responses obtained through an electronic questionnaire. The results showed that the participants perceived an overload of tasks for mothers in the pandemic period, interfering with academic performance and aggravating situations of psychosocial vulnerability. They also showed that the mothers' collective is perceived by the participants as a welcoming, supportive, political place and a place for exchanging relevant information among university mothers. On the other hand, the educational institution is perceived by the participants as an unwelcoming space for mothers, which does not fully recognize the demands of university mothers and implements few actions exclusively aimed at the permanence of this group. In the end, it was suggested by the researcher that, understanding the specificities of this group, higher education institutions should adopt permanence policies aimed at university mothers, as well as adopt policies that promote gender equality in the academic environment.

Keywords: university, collective confrontation, collective of university mothers

Apresentação

Ao iniciar o texto dessa dissertação, é sempre importante situar o que levou a pesquisadora a se aproximar do campo de pesquisa. Imagino que seja importante contextualizar o que em meu percurso como pesquisadora me fez querer aprofundar na temática de enfrentamento coletivo de mulheres no contexto universitário. Para contar um pouco dessa trajetória, passo a relatar em primeira pessoa. Eu me interesso por temas sociais há bastante tempo, posso contabilizar em torno de mais de duas décadas. Conclui, anteriormente, uma primeira graduação na área de engenharia elétrica, com ênfase em telecomunicações, e posteriormente escolhi o curso de graduação em psicologia, como uma segunda graduação, pensando em uma abordagem mais humanística e condizente com o meu olhar sobre o mundo. No curso me interessei pelas disciplinas de psicologia social.

A afinidade pela psicologia social latino-americana foi se desenvolvendo com as leituras de estudos de pesquisa-ação, com intervenções em comunidades, percebendo que o indivíduo não estava isolado do seu contexto social e histórico. Pelo contrário, uma pessoa está sempre em interação com o meio, intervindo nele e se transformando nesse processo. Com isso, fui aprimorando meu olhar para além do indivíduo, analisando a situação de cada ambiente social em que o sujeito ou o grupo analisado se encontrava inserido e em como isso afetava a sua forma de viver. Esse tipo de estudo, que leva em consideração esse contexto, pode se expandir e analisar fatores interligados não apenas ao grupo de relacionamento mais íntimo, mas a comunidade local, a realidade socioeconômica e política da região, bem como a formação histórica e cultural de uma população.

Em meu percurso como pesquisadora, desenvolvi predileção por estudos que envolvam questões identitárias, apontando para a constatação de que a formação do sujeito depende do

outro, em uma relação dialética. Estudos que mostrem a relevância da emancipação das pessoas em condição de vulnerabilidade social, que promovam nos indivíduos o reconhecimento de si e do outro como sujeito de direito. Nessa perspectiva, direcionei minha busca profissional procurando trabalhar com minorias sociais, por perceber que preconceitos e discriminações afetam de maneira significativa os sujeitos.

Em janeiro de 2018, fui nomeada para trabalhar na Universidade de Brasília (UnB), no cargo de Técnica Administrativa Psicóloga, área social. Fui lotada na Diretoria da Diversidade (DIV), que por sua vez faz parte do Decanato de Assuntos Comunitários. A Diretoria da Diversidade trabalha no intuito de que o ambiente universitário seja mais inclusivo, que as pessoas possam conviver com a diversidade e que respeitem as diferenças.

A DIV possui quatro coordenações que dialogam entre si em uma perspectiva interseccional, agregando vários campos do saber, são elas: a Coordenação da Diversidade Sexual (CODSEX), a Coordenação da Questão Negra (COQUEN), a Coordenação da Questão Indígena (COQUEI), e a Coordenação das Mulheres (CODIM). Atualmente eu trabalho na CODIM, que tem como compromisso a promoção de ações voltadas ao reconhecimento da diversidade de gênero, à proteção da mulher e ao enfrentamento à violência de gênero, no espaço universitário.

No desenvolver do meu trabalho na UnB, há contato com coletivos de pautas feministas para elaboração de agenda participativa nas atividades de promoção e ação afirmativa, que ocorrem no decorrer do ano, no *campus*. Nesses contatos pude perceber algumas falas que indicam que o trabalho de militância é importante, porém por vezes cansativo e até um tanto árduo. Fiquei instigada a conhecer algumas demandas que as participantes de coletivos de pautas feministas compartilham e como elas se apoiam mutuamente para seguir no enfrentamento

coletivo. A intenção é de perceber junto às participantes de coletivos com pauta feminista a condição vivenciada para posteriormente, talvez em futuros projetos, propor intervenções e reflexões objetivando amenizar as situações de vulnerabilidades, repensar estratégias de enfrentamento e fortalecer vínculos.

O objetivo inicial era pesquisar junto às participantes de coletivos com pautas feministas sobre fatores motivadores para a busca por militância em coletivos feministas na universidade. Porém, com o advento da pandemia do vírus SARS-CoV-2, os encontros entre participantes dos coletivos feministas ficaram mais escassos, com baixa adesão e, em alguns casos, inexistentes e, quando aconteciam, eram prioritariamente no âmbito virtual, devido às restrições sanitárias. Além disso, houve a percepção de uma desmotivação geral por causa do impacto emocional que a própria pandemia proporcionou e talvez isso interferisse nos resultados do estudo.

Resolvi readequar a pesquisa e ter como público-alvo as mulheres mães que participam de coletivo de mães universitárias. O foco do estudo continuou sendo o enfrentamento coletivo com pauta feminista em âmbito universitário, porém já não mais buscava os fatores motivadores para a busca por militância em coletivos feministas e sim as percepções das participantes que militam em coletivos feministas de mães universitárias sobre apoio mútuo entre integrantes do coletivo e apoio da instituição de ensino voltadas para esse grupo.

A comunidade universitária das instituições de ensino público é composta por servidores técnicos e professores, trabalhadores terceirizados, e estudantes. Os estudantes estão em maior número, correspondendo a mais de 70% dessa comunidade, no caso da Universidade de Brasília, conforme indicado no Anuário Estatístico da UnB, do ano de 2019. Esse número expressivo é importante na movimentação de base para promoções de políticas internas na instituição. Os estudantes se reúnem em Diretórios e Centros Acadêmicos, além de promoverem debates por

meio de coletivos estudantis. Da mobilização estudantil nascem iniciativas de transformação das estruturas administrativas e da convivência social, para que o ambiente acadêmico se torne mais acolhedor e humanizado.

O presente trabalho se encontra dividido em duas partes. A primeira parte traz um manuscrito sobre feminismos e as quatro ondas, ressaltando que o momento atual é o da quarta onda, em que se situam as pessoas que se disponibilizaram para fazer parte da pesquisa. Ainda esse manuscrito versa sobre sororidade e enfrentamento coletivo de mulheres a violência de gênero na universidade, perpassando também pelo conceito de territorialidade. Entre as mulheres que resolveram se engajar no enfrentamento coletivo, além da busca por ajuda mútua e compartilhamento, a sororidade; há um sentimento comum de vivência similar, física e/ou simbólica, em um ambiente universitário dominado pelo masculino, o território.

O segundo manuscrito traz os resultados de uma pesquisa transversal de método misto, tendo como público-alvo mulheres que participam de coletivo de mães universitárias de instituições de ensino superior brasileiras, realizada por meio de um questionário eletrônico semiestruturado, via internet, objetivando coletar dados sobre percepção de apoio mútuo entre integrantes de coletivos de mães universitárias e também sobre percepção do apoio institucional para as demandas das mães da comunidade universitária.

Em suma, esse trabalho traz a relevância do enfrentamento coletivo, do apoio mútuo entre pares e do apoio institucional para as mães universitárias, sem os quais as experiências acadêmicas ficam mais dificultadas. Ao final, teço minhas considerações sobre o que foi descoberto em toda essa jornada e que, de alguma forma, poderá proporcionar um novo olhar sobre o enfrentamento coletivo de mulheres e sobre as demandas das mães universitárias. Desejo

que esse estudo inspire ações de transformações nas relações, de forma a trazer mais inclusão e igualdade nas vivências na comunidade universitária.

Manuscrito I: Feminismos, Sororidade e Enfrentamento Coletivo de Mulheres à Violência de Gênero na Universidade

Resumo

Os dados sobre violência de gênero contra mulher são alarmantes, contudo, há poucos estudos sobre violência de gênero no contexto universitário. O objetivo desse trabalho foi apresentar uma revisão narrativa sobre feminismos, sororidade e enfrentamentos de mulheres em coletivos na universidade. Em circunstâncias sociais desiguais e de relações que violam direitos, alguns sujeitos sociais buscam meios e práticas para enfrentarem a situação, se organizam e passam a questionar, entre seus pares, a opressão sofrida. Diante da dificuldade institucional para prevenir a incidência dessas violências, as mulheres se reúnem em coletivos para realizar o enfrentamento desse problema nas instituições de ensino. Por fim, diante da relevância da temática abordada, é imprescindível que as universidades reconheçam o problema estrutural da violência de gênero contra mulher em suas instituições e adotem políticas que promovam igualdade de gênero.

Palavras-chave: feminismo, sororidade, violência de gênero na universidade

Abstract

The numbers of gender violence against women are alarming, however there are few studies on gender violence in the university context. The objective of this work was to present a narrative review about feminisms, sisterhood and women's confrontations in collectives at the university. In unequal social circumstances and personal interactions with violated rights, some social subjects seek ways and practices to face the situation, organize themselves and begin to question the oppression suffered among their peers. Faced with the institutional difficulty to prevent the incidence of such violence, women gather in collectives to tackle this problem within educational institutions. Finally, given the relevance of the topic addressed, it is essential that universities recognize the structural problem of gender violence against women in their institutions and adopt policies that promote gender equality.

Keywords: feminism, sisterhood, gender violence at university

Introdução

O Atlas da violência 2021, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, entre outros dados a respeito de violências no Brasil, do ano de 2019, apresenta números sobre violência letal contra mulher. Em número absoluto, foram 3.737 vítimas assassinadas no período. Em comparação com anos anteriores, destaca-se que a taxa de violência dentro das residências aumentou, bem como a desigualdade racial entre mulheres negras e não negras, sendo que 67% das vítimas de violência letal eram mulheres negras (Cerqueira *et al.*, 2021). Os dados são apenas sobre homicídios, não distinguindo feminicídios, e mesmo com níveis elevados cabe ressaltar que outras violências não letais contra a mulher, com potencial de causar vários tipos de danos individuais e sociais, acontecem em um maior quantitativo e, na maioria das vezes, permanecem subnotificadas.

As mulheres sofrem violência por serem mulheres e lutam há séculos por direitos civis e equidade de acesso, sendo elas as principais vítimas da violência de gênero. Diversas violações de direito ocorrem tanto no espaço privado como no espaço público. Diante das discriminações estruturais sofridas em relações interpessoais e nas instituições sociais, uma opção para almejar transformações é buscar a união entre pares, nos coletivos feministas e redes de apoio, para fazer enfrentamentos (T. Silva, 2011).

O presente texto abordará esse tema a partir de três subtemas, que permitirão ao leitor transitar por conceitos teóricos que embasam a hipótese de que os coletivos podem ser espaços nos quais se pratiquem os feminismos, a sororidade e a própria conformação emancipatória que trazem como proposta. Não se pode abster do meio social em que ocorre a interação das relações cotidianas, desse modo, esses coletivos têm o contexto universitário como local de prática social e ainda podem percebê-lo como território de disputa.

O texto inicia trazendo algumas considerações sobre os feminismos, grafado assim no plural, para destacar que não é um movimento único e sim variado, ocorrido em diferentes épocas, com pautas múltiplas e praticado por distintos grupos. A luta contra a opressão das mulheres também acontece em vários locais, na família, nas instituições religiosas, nas instituições educacionais, nas instituições políticas, no acesso à saúde, entre outros. Nem todas as mulheres sabem o que é o feminismo e várias delas não se sentem confortáveis com o termo feminista, pois este recebeu um valor pejorativo no decorrer dos tempos (Bonetti, 2007).

Pode-se dividir o estudo do feminismo em ondas, para facilitar o entendimento e agrupar características semelhantes das pautas de reivindicações e dos comportamentos de militância de uma determinada época. São quatro as ondas do feminismo, datadas do final do século XIX até os dias atuais. Uma ênfase maior foi dada aos aspectos da quarta onda, por ser a atual e principalmente por envolver aspectos do uso de redes sociais, com acesso mais fácil e abrangente.

Coube trazer ainda a temática da sororidade e apoio mútuo, como aspectos presentes em movimentos coletivos, compostos majoritariamente por mulheres. A sororidade se faz necessária quando a empatia pelo sofrimento da outra mulher se torna gesto concreto e, ao mesmo tempo, a sororidade faz antagonismo à rivalidade entre mulheres, que é uma pedagogia incentivada pelo patriarcado.

Somado a isso, tem-se a temática da legitimidade de se fazer enfrentamentos coletivos a um problema estrutural, tomando como *locus* aspectos institucionais da universidade brasileira, um local ainda com dominação masculina muito presente. A necessidade de se conquistar esse território, material e ao mesmo tempo simbólico, fomenta movimentos de busca pela conscientização da comunidade universitária contra as violências de gênero vivenciadas nesse

ambiente e incentiva à emancipação feminina, almejando maior representatividade nas pautas acadêmicas e nas esferas de tomada de decisão.

Feminismos: Uma Concepção Pluralista

Quando se aborda a temática do feminismo, ou da luta de mulheres por direitos em sociedade, se deve ressaltar que não houve apenas um movimento que se manteve constante e crescente ao longo da história das mulheres no ocidente. Ao contrário, no decorrer da história, em várias sociedades, houve vários tipos de feminismos e até na mesma sociedade, na mesma época, conviveram diversos feminismos, por vezes com pautas distintas. Alguns desses feminismos têm sido estudados de forma sistemática e acadêmica, pois representam momentos históricos em que movimentos coletivos e articulados se organizaram em busca de alguns objetivos relacionados a direitos civis (Garcia, 2015). Embora ainda se mencione a palavra no singular, é importante que assumamos o seu caráter plural e o compreendamos a partir dessa ótica.

A primeira utilização do termo feminismo no ocidente é atribuída ao filósofo francês François Marie Charles Fourier, intelectual socialista que defendia ideias sociais e a igualdade entre os gêneros, ainda na primeira metade do século XIX (Goldstein, 1982). Em torno do ano de 1911, o termo começou a ser aplicado nos Estados Unidos em substituição a outros termos que se referiam a essa filosofia política e movimento social (Garcia, 2015).

O que pode se entender por feminismo? O feminismo é uma percepção coletiva por parte das mulheres da opressão social, política e econômica que elas vivenciam em sociedade e que outras gerações de mulheres já vivenciaram. Essa opressão tem origem de uma naturalização de desigualdades baseadas em gênero e é perpetuada principalmente pelos homens, amparados por

ideologias que alimentam o patriarcado¹. É uma tomada de consciência crítica de um grupo que historicamente sofreu e sofre opressões (B. Silva, 2019).

Ao longo da história do ocidente, muitos textos e oratórias de distintas áreas de conhecimento, como as áreas filosóficas, políticas, sociais, psicológicas, mitológicas, religiosas e científicas, legitimaram a desigualdade entre homens e mulheres, naturalizando a dominação dos homens nas relações de poder. O feminismo propõe uma releitura dessas práticas. As transformações vêm com a tomada de consciência de forma crítica, pois o patriarcado não é um conjunto de leis compiladas e escrito em algum lugar, por alguma sociedade. O patriarcado está no conhecimento do senso comum, mantido nas práticas culturais e estende seu poder e controle sobre a forma como se dão as relações sociais, sobre a vida pública e privada das pessoas, de forma invisível, subjacente, intencionando a manutenção da hegemonia masculina (Narvaz & Koller, 2006).

Ao se encontrarem e compartilharem histórias pessoais, as feministas foram percebendo ao longo do tempo que o patriarcado, para além de um sistema político, também atuava em outras instâncias da vida, como na organização familiar, nas relações íntimas, nos ambientes de trabalho, etc. Dessa forma, é fácil perceber que o sofrimento advindo das práticas sociais misóginas e sexistas está presente no cotidiano e não afeta apenas uma mulher, mas todo um grupo de mulheres, vítimas de violências direcionadas ao gênero feminino (Zanello, 2018).

Cabe ressaltar que nem todas as mulheres que se agrupam em coletivo para lutar por direitos atribuem para si ou utilizam dos termos feminista ou feminismo. Esses termos agregam

¹Segundo Dolores Reguant, a definição de patriarcado é: “Forma de organização política, econômica, religiosa, social baseada na ideia de autoridade e liderança do homem, no qual se dá o predomínio dos homens sobre as mulheres; do marido sobre as esposas, do pai sobre a mãe, dos velhos sobre os jovens, e da linhagem paterna sobre a materna. O patriarcado surgiu da tomada de poder histórico por parte dos homens que se apropriaram da sexualidade e reprodução das mulheres e seus produtos: os filhos e filhas, criando ao mesmo tempo uma ordem simbólica por meio dos mitos e da religião que o perpetuam como única estrutura possível”.

vários tipos de militância e também conceitos pejorativos, com isso alguns grupos não se sentem representados por eles (Scharff, 2019).

A autora Chimamanda Ngozi Adichie (2015), no livro “Sejamos todos feministas”, lembrou que a primeira vez em que foi chamada de feminista não sabia o que isso significava, mas sentiu pelo tom de voz que a palavra parecia insinuar mais uma ofensa do que um elogio. Depois foi ouvindo coisas pejorativas sobre mulheres feministas. Precisou que ela mais tarde se aprofundasse sobre a temática do feminismo, para se livrar dos estereótipos relacionados ao assunto e para aprender sobre a importância da luta pela igualdade de gênero.

Além de atribuir ao termo feminista um sentido depreciativo, algumas formas pejorativas de tratamento são utilizadas para desrespeitar feministas, desvalorizar o seu discurso e diminuir a sua luta. No intuito de indicar uma possível radicalização do discurso feminista, foi criado nos anos 90, por exemplo, o neologismo “feminazi”, da junção de fragmentos das palavras feminista e nazista. Neologismos são termos que ainda não foram incorporados pelos dicionários, são palavras criadas para designar algo novo na linguagem. O termo “feminazi” traz em si uma inversão de sentidos e valores, retirando as feministas da posição de um grupo que sofre opressão e que luta por direitos e as deslocando para um lugar de um grupo cujo intuito seria a propagação de opressão e ódio contra os homens (Espínola *et al.*, 2021).

A autora Bonetti (2007), citando outros autores, trouxe em sua tese de doutorado outras categorias de classificação para as feministas como mulherista, atribuída às ativistas das camadas urbanas de baixa renda, e também a categoria “maternidade militante”, definida por Sonia Alvarez (*apud* Bonetti, 2007) se referindo às mulheres das camadas urbanas de baixa renda que participavam de movimentos sociais, nas décadas de 70 e 80, e não reivindicavam direitos igualitários entre os sexos e sim melhorias nas prestações de serviços e acesso aos equipamentos

de uso coletivo. Tinha esse nome porque era um modelo de ativismo baseado na politização da maternidade, sem questionamentos sobre estereótipos de gênero ou papéis sociais.

Na década de 90, houve uma ampliação das pautas feministas multiplicando espaços e lugares, englobando uma variedade temática, mulheres com classes sociais e identidades diversas, como mulheres pobres, sindicalizadas, LGBTQIA+s, negras, indígenas, etc. Enfim, mulheres com trajetórias diferentes e reivindicações distintas. Em decorrência disso, advém o desafio de unificar a luta (Bonetti, 2007).

Esses feminismos podem ser percebidos também na divisão ou classificação do movimento em quatro grandes ondas, se referindo ao tempo histórico em que algumas pautas específicas eram pleiteadas. Segundo J. Silva (2019), outras pautas distintas eram presentes na época, mas não se encontravam na corrente majoritária e a divisão em ondas possui a intenção de organizar o estudo e de ressaltar as principais demandas.

A primeira onda aconteceu no período entre o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX. As pautas eram o acesso das mulheres a direitos civis, econômicos e políticos, principalmente o direito a voto. A luta pela igualdade de direitos se deu sobretudo nos Estados Unidos e no Reino Unido, destacando-se o apelo a uma maior participação política, a busca das mulheres pelo direito a propriedade e a rogativa pelo fim dos casamentos arranjados. Esses assuntos eram mais concernentes às mulheres brancas dessas sociedades, apesar de terem recebido apoio considerável das mulheres negras. O que mais se destacou no período foi a conquista ao sufrágio feminino (Silva, Carmo, & Ramos, 2021).

A segunda onda se desenvolveu entre os anos de 1950 até 1980, fortemente marcada pelas ideias trazidas pelo livro “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir. As pautas eram a discriminação de gênero que as mulheres sofriam e a distinção entre sexo biológico e gênero,

entre o que era concebido até então como natural em oposição ao que é construção social. O corpo da mulher passou a ser questionado como objeto político. Elas lutavam pela igualdade entre os sexos e questionavam os lugares sociais que as mulheres eram permitidas a ocupar. Nessa luta contra a opressão sofrida, faziam ações para fortalecer a coletividade e incentivavam o empoderamento feminino (Duarte, 2006 *apud* Silva, Carmo, & Ramos, 2021).

A terceira onda ocorreu dos anos 1980 aos anos 2010, cenário de grandes mudanças históricas mundiais, como o fim da Guerra Fria. Na época foi questionada a visão de uma mulher universal e assim foram propostas mudanças para ampliar as possibilidades identitárias do conceito mulher e que se levasse em consideração questões como classe social, raça, orientação sexual e outros aspectos sociais e culturais que distinguiam mulheres, além da interseccionalidade entre esses fatores. Outros aspectos relevantes da época foram os debates acerca das violências comumente sofridas pelas mulheres, em especial a violência doméstica, exigindo legislações mais protetivas (J. Silva, 2019).

Há controvérsias em relação à existência da quarta e atual onda. Alguns autores acreditam que ainda vivenciamos a terceira onda, outros autores acreditam que há elementos suficientes para se caracterizar uma quarta onda, do início do século XXI. Com a expansão da internet e das redes sociais, a comunicação entre grupos foi impulsionada e modificada por esses meios, causando transformações sociais profundas (Perez & Ricoldi, 2019).

A quarta onda enfatiza militância pela internet e por redes sociais, o ciberativismo, sem lideranças definidas, com muitos relatos pessoais e pluralidade temática. A falta de fronteiras na internet possibilitou até convocações internacionais para ações virtuais com uso de *hashtags* e manifestações de ruas em datas específicas, defendendo o fim da violência de gênero bem como a proteção das mulheres (Perez & Ricoldi, 2019).

As manifestações acontecem, ao mesmo tempo, na rua e no espaço virtual, uma vez que as militantes registram vários momentos das ações públicas e inserem nos seus perfis de rede social, de forma quase simultânea, fotografias e vídeos, catalogados com o uso de *hashtags*. As autoras Hollanda e Bogado (2018) ressaltam que essas novas formas de militância, que marcam o feminismo atual, se destacam pela preferência pela horizontalidade nas relações e interações, sem buscas por lideranças. De igual modo, destacam-se também pelo uso de expressões artísticas, muitas vezes com o emprego do próprio corpo de maneira performática, como forma de linguagem política.

Um exemplo desse tipo de manifestação é a Marcha das Vadias, realizada anualmente no Brasil, desde o ano de 2011. A marcha é para evidenciar que as mulheres são as vítimas e não as responsáveis ou provocadoras da violência que sofrem. As manifestantes emitem mensagens políticas utilizando o próprio corpo para evidenciar a autonomia sobre o mesmo e se contrapondo à pedagogia de controle social sobre o corpo da mulher, vinda do machismo e do patriarcado (Hollanda & Bogado, 2018).

Para manifestar as ideias com referência a gênero, há também uma combinação de arte e feminismo, ou a apresentação de uma arte questionadora de padrões e com compromisso político. Nas manifestações de rua pelo mundo se pode encontrar cantos, danças, apresentações teatrais, cartazes e roupas com foco no conteúdo feminista. Além da performance de rua nos movimentos, muitas profissionais artistas plásticas, artistas cênicas e cantoras voltam sua obra para a temática (Hollanda & Kuhnert, 2018).

A quarta onda conta em muito com a ajuda da internet. As redes sociais são comandadas pelos seus usuários, há facilidade de acesso e os próprios usuários controlam as trocas de conteúdo que existem nelas de forma individual e com intensa participação do grupo. Essa

distribuição de participação e descentralização da organização gera um sentimento de autonomia nos atores envolvidos, muito atrativa e típica das sociedades contemporâneas. Tudo isso trouxe uma nova roupagem e um novo alcance para a comunicação política e mobilização social, até então conhecidas (Castells *apud* Hollanda & Costa, 2018).

A forma de comunicação em rede social é informal e com muitos relatos pessoais. O próprio comportamento de dar voz a qualquer pessoa de forma igualitária já é uma forma de empoderamento, principalmente para grupos que sofrem opressões sociais há séculos, como as mulheres. Além disso, o compartilhamento de experiências próprias já vivenciadas, grande parte das vezes dolorosas e traumáticas, desperta empatia das outras pessoas de uma forma muito mais contundente do que o uso de linguagem neutra e impessoal, com citações legislativas ou com exemplos abstratos. Como os relatos são vários, fica evidenciada também a diversidade de possibilidades de opressões que a interseccionalidade entre fatores como gênero, raça e classe pode trazer, amplificando as vozes dos feminismos negro, lésbico, transgênero, entre outros (Hollanda & Costa, 2018).

Diante do exposto, conclui-se que há históricos de lutas e conquistas das mulheres, e a mobilização social vai adquirindo novos formatos. As lutas anteriores abriram espaço para as reivindicações atuais e foram se somando pautas e se positivando direitos ao longo do tempo. Os direitos também nascem nas ruas, das mobilizações sociais, e depois se legitimam, em face à demanda social de grupos oprimidos e à omissão do Estado e das instituições para garantir requisitos básicos de cidadania e direitos humanos para as minorias sociais (Sousa, 2015).

Sororidade: Um Vocábulo em Construção

A palavra sororidade ainda não está registrada oficialmente nos dicionários de língua portuguesa, porém ela é utilizada para se referir à prática de irmandade e cooperação entre

mulheres. De acordo com Bernardes *et al.* (2019), sororidade provem do termo latino *sóror*, que significa irmãs. Nenhuma palavra até então se derivou de *sóror*, o que sugere que, no decorrer da história, nas comunidades que derivaram da língua latina, relações harmoniosas de irmandade só entre mulheres não eram esperadas ou não eram tão comuns, sendo mais naturalizada a palavra fraternidade, que provem de *frater*, que significa irmãos.

Segundo Penkala (2014), há registro da palavra sororidade em inglês, porém ela é utilizada para outra finalidade, pois nas universidades norte-americanas as organizações de mulheres estudantes são chamadas *sorority* ou *sisterhood*. Por não haver registro em português é que há a necessidade de se nomear e significar a sororidade. Muito mais do que a escrita, há necessidade de nomear as práticas, entre mulheres, que cabem dentro desse termo. Penkala (2014) define sororidade como um pacto político e ético de irmandade entre as mulheres, se concretizando nas práticas das mulheres estimularem as outras, numa rede solidária, para se protegerem, defenderem direitos e enfrentarem o patriarcado.

A sororidade, enquanto termo e enquanto sentimento, surge e se fortalece da necessidade de as mulheres de compartilharem experiências subjetivas, a partir de relações positivas e saudáveis umas com as outras, formando e fomentando alianças pessoais, sociais e políticas, empoderando-se e criando elos importantes para combater e eliminar as diversas formas de opressão perpetuadas ao longo dos séculos pelo patriarcado (Bernardes *et al.*, 2019).

Há necessidade também de se conscientizar sobre a misoginia. De acordo com Bernardes *et al.* (2019) a crítica à misoginia é um aspecto da sororidade, e, criticando a misoginia, conseqüentemente, se passa a questionar também o patriarcado. A misoginia tem papel constituinte no patriarcado e a sua prática mantém, convenientemente, os homens no centro do poder. Por outro lado, o respeito a si e às outras, as relações de solidariedade entre mulheres

criam uma corrente forte contra a misoginia. Além disso, no patriarcado há um incentivo a rivalidade entre mulheres e a sororidade pressupõe o oposto, um companheirismo entre mulheres.

Na sororidade há necessidade de diminuir a competição e aumentar a empatia das mulheres com as outras mulheres. Pressupõe-se solidariedade, diálogo, cuidado e respeito. De acordo com Garcia e Sousa (2015) a sororidade traz também apelo para a luta conjunta, a militância feminista e a defesa de ideais feministas. O machismo é estrutural e como tal não atinge apenas uma pessoa ou outra, mas um grupo de gênero não masculino. Quanto mais consciente, crítico e unido o grupo oprimido estiver, maiores as possibilidades de ação para promover transformações nas estruturas sociais opressoras (Freire, 1987).

Segundo Ferraz (2019), se deve atentar para os diálogos envolvidos nas práticas sociais, pois eles podem tanto agregar as pessoas quanto afastá-las. A autora acredita que a sororidade pode contribuir para um diálogo sem julgamentos e para a reflexão do uso da linguagem sem que essa sirva de reforço da opressão. A sororidade pode contribuir para uma escuta ativa, com o objetivo de acolher e compreender o outro, respeitando o lugar de fala de cada pessoa, seu espaço e seu tempo. O diálogo é uma oportunidade para a transformação e a sororidade deve fazer uso dele para agregar o grupo que partilha a multiplicidade do feminino.

Enfrentamento Coletivo de Mulheres à Violência de Gênero na Universidade

O ambiente universitário por vezes impõe muitos desafios para os que dele participam, já que é uma nova etapa da vida em que as pessoas buscam formação profissional, e requer empenho e dedicação para isso. Porém, no caso das mulheres, os desafios são maiores, pois, por uma questão de discriminação e violência de gênero que ocorre na sociedade em que estamos inseridos, as mulheres ficam mais expostas a vários tipos de violências dentro e fora do *campus*.

A respeito das violências sofridas, se pode ressaltar assédios, violência sexual, violência patrimonial, violência moral, violência física e violência psicológica. Alguns casos ocorrem no *campus*, com autores da violência pertencentes à comunidade acadêmica. Em outros casos, mesmo ocorrendo no *campus*, os autores da violência não pertencem à comunidade acadêmica, mas praticaram o ato nesse contexto (Silveira & Fernandes, 2017).

Da mesma forma, alguns casos de violência ocorrem em locais fora do *campus* universitário, mas tem a universidade como a conjuntura em que os agentes se encontram de alguma forma relacionados, como festas; ambiente *online*; encontros em bares, cafeterias ou eventos culturais, viagens estudantis, fóruns e seminários realizados em outros locais (Almeida & Zanello, 2022). Em alguns casos, as violências em encontros sociais estão correlacionadas com o uso de álcool e outras drogas.

Com o advento das redes sociais, houve o aumento de relatos de violências baseadas em gênero ocorridas também nesse ambiente, como também o aumento de violências que atingem outros grupos minoritários. Alguns atos impactam as vítimas de forma considerável, uma vez que as redes sociais possibilitam que mensagens sejam propagadas a grandes velocidades e atingindo um número variado de pessoas.

Ao se observar por outra perspectiva, ainda nas redes sociais, por meio da prática do ciberativismo se ampliam as possibilidades de forma de enfrentamento dos grupos feministas e a internet pode ser uma maneira de ajudar a agregar pessoas em torno de uma causa e um meio eficiente para dar visibilidade para as pautas defendidas e para propagar informações úteis para mulheres em situação de violência. A facilidade de se inserir em um grupo virtual é outro atrativo benéfico à militância.

No ambiente universitário, uma coisa a se considerar habitual é a violência simbólica, que legitima a cultura machista dominante, por meio de naturalização de práticas que diferenciam de forma depreciativa o gênero feminino (Bourdieu, 2002 *apud* Rocha *et al.*, 2022). Atos como a desqualificação intelectual e também o machismo epistêmico, em que são preteridas ou invisibilizadas as autoras mulheres, são recorrentes no cenário acadêmico.

Algumas ocorrências de violência são de âmbito doméstico, mas seus efeitos são sentidos na universidade, pois as violências levam ao adoecimento da saúde mental isso influi no desempenho acadêmico. Há um estigma de que a violência doméstica atinge mais as mulheres de baixa instrução, mas dados estatísticos de violência mostram um número representativo mulheres com acesso ao ensino superior, vítimas de violência doméstica (Souza, 2020).

Por vezes parceiros, ou parceiras, pais ou parentes próximos, desaprovam o fato das mulheres estarem frequentando o ambiente universitário e isso gera conflito familiar, uma vez que há o estereótipo de gênero que limita a mulher ao ambiente familiar, privado, e não ao ambiente público, principalmente se este puder de alguma forma influenciar na emancipação feminina (Segato, 2003 *apud* Ávila, 2022).

Mulheres, ao compartilharem histórias que dizem respeito a aspectos de vida íntima e privada em suas relações sociais, se deparam com a semelhança entre relatos e percebem que o problema da violência de gênero não é individual e sim coletivo. As violências sofridas causam sofrimento psíquico, podem motivar evasões escolares de estudantes e há poucos estudos sobre violência de gênero em âmbito universitário para dimensionar o real tamanho do problema.

Há diversas formas de organização coletiva nas universidades, como os sindicatos, os Centros Acadêmicos (CA), o Diretório Central de Estudantes (DCE) e os coletivos que adotam alguma temática para militância. Os três primeiros são organizados com mandatos de duração

pré-determinada cujos líderes são eleitos por meio de votação representativa da comunidade que tem direito a voto. De outra forma, os coletivos não apresentam hierarquia entre seus membros e nem possuem cargos de mandatos representativos. Eles são pautados pela horizontalidade entre seus componentes, sem lideranças, e de acordo com Paiva (2014 *apud* Maria & Giacomini, 2018) são chamados de novos movimentos sociais por estarem dissociados de classe ou sindicatos, ou partidos políticos. São locais onde se incentivam debate, interações e trocas.

Algumas histórias de formação de coletivos que pautam temáticas feministas se iniciam com uma ocorrência de violência que aconteceu no contexto universitário e mulheres, ao reconhecerem que o ocorrido é frequente ou mesmo que o fato poderia ter tido elas como vítimas, se agregam para manifestar repúdio ao episódio, reconhecendo que o problema é institucional e afeta a comunidade universitária. A formação do coletivo com temática feminista é uma busca de ferramentas de enfrentamento coletivo e também tem o intuito de oferecer suporte, acolhimento mútuo entre as integrantes, uma vez que a universidade mostrou falhas ao enfrentamento dessas questões (Adrião *et al.*, 2022).

O coletivo então se firma, se organiza, se amplia, vai agregando membros e buscando soluções para dar conta do que a situação requer, além de buscar apoio institucional para isso (Adrião *et al.*, 2022). Encontrar pessoas que as recepcionam, escutam, oferecem amparo, compreendem o seu sofrimento e compartilham histórias semelhantes pode ser também terapêutico para suas integrantes, melhorando a autoestima e ampliando a sensação de pertencimento social.

De acordo com Boulos (2016), após estudos com militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), foi percebido que a participação em militância nas ocupações de sem teto reduziu sintomas de depressão, ansiedade e solidão para várias pessoas. Os relatos

dos participantes da pesquisa descreviam que a experiência da militância no MTST, dentre outras coisas, trouxe mais sensação de empoderamento, autonomia e reconhecimento pelo grupo.

A mobilização da comunidade universitária evidencia ainda as falhas estruturais na instituição pela naturalização das discriminações e pela omissão da universidade para lidar muitas vezes com casos de assédios e violências, bem como responsabilizar os seus autores. É cobrada a maior participação da instituição para apurar casos e dar o tratamento adequado, célere e necessário que a questão requer (Adrião *et al.*, 2022).

No caso da mobilização militante em âmbito universitário, há vezes a serem considerados, como a necessidade de acompanhamento do período de aulas do calendário acadêmico para garantir uma maior adesão a pautas, uma vez que há poucos adeptos a reuniões importantes que caem em período de férias ou feriado. Além disso, quando se trata de coletivos formados majoritariamente por estudantes, eles estão sempre renovando membros, pois a rotatividade de estudantes é comum na estrutura universitária, já que a passagem pelo ambiente universitário é temporária.

Outra dificuldade a ser destacada é que o próprio fato de buscar tratar de assuntos sobre gênero ou se assumir feminista já é um enfrentamento em nossa sociedade atual. A visão que muitas pessoas têm sobre o feminismo, bem como sobre as feministas, por vezes se apresenta negativa e estereotipada. Inclusive, em algumas situações, a discriminação parte das próprias mulheres, por repetirem padrões sociais hegemônicos e desconhecerem que as pautas defendidas pelas feministas objetivam dar visibilidade para a discriminação de gênero a que todas estão submetidas, no intuito de obter transformações sociais, políticas e econômicas mais igualitárias para todas e todos em nossa sociedade (Scharff, 2019).

Uma pauta que merece atenção é a intersecção entre maternidade e universidade. As dificuldades que as mulheres têm para conciliar a vida acadêmica e a maternidade se tornam ainda maiores pela falta de apoio institucional voltado para essa situação. Além disso, há nas universidades uma pressão para produção de trabalhos acadêmicos em prazos curtos, não levando em consideração o gênero e o fato de que o trabalho doméstico não sobrecarrega os homens e sim as mulheres, com duplas ou triplas jornadas de atividade. É notória a falta de política para inclusão de gênero que contemple práticas institucionais direcionadas para acadêmicas mães (Almeida, 2020).

A respeito desse assunto, é relevante expor a concepção do Feminismo Matricêntrico, desenvolvido pela autora canadense Andrea O'Reilly, que traz como foco do ativismo a maternidade, em uma perspectiva crítica. A maternagem é diferente da maternidade e não é um processo instintivo ou natural, mas sim desenvolvido por construção social e pode ser realizado pela pessoa, homem ou mulher, que assuma os cuidados da criança e que torne a maternagem parte central do seu cotidiano. A formação da subjetividade materna é constituída de forma gradual e com sentimentos ambíguos, o trabalho do cuidador é árduo, difícil de ser realizado sem uma rede de apoio, e, geralmente, esse papel social é atribuído somente à mãe, pelo patriarcado (Mendonça, 2021).

O Feminismo Matricêntrico reivindica que a maternidade deveria ser analisada como uma pauta identitária, que sobrepõem opressões às mães para além das opressões já impostas a todas as mulheres. As teorias feministas, nesse caso, são criticadas por negligenciarem as pautas relacionadas a essa temática e por não aprofundarem nos estudos correlacionados às transformações pelas quais as mulheres passam ao se praticar a maternagem; e, com isso, as demandas desse grupo se tornam invisibilizadas nos movimentos feministas e não são incluídas

em pautas reivindicatórias de políticas públicas direcionadas a extinguir ou minimizar situações de vulnerabilidade para mulheres (Mendonça, 2021).

As mães universitárias têm se organizado também em coletivos para dar voz as suas demandas, no intuito de incitar políticas institucionais que as contemplem. As autoras J. Silva e Salvador (2021) apresentaram um artigo no qual mapearam, pelas redes sociais, 25 coletivos de mães universitárias no Brasil. Esses coletivos constituem redes de apoio e suporte afetivo que colaboram compartilhando informações pertinentes. Além disso, os coletivos de mães universitárias defendem algumas pautas do movimento feminista e contribuem trazendo demandas específicas para as políticas de permanência e assistência estudantil de suas instituições.

A Universidade é um local físico e também simbólico, onde se realizam atividades voltadas para as áreas do saber e onde transitam pessoas que disputam posições privilegiadas dentro de uma sociedade. Uma análise plausível sobre esse *locus* universitário perpassa pelos possíveis conceitos sobre território. A autora Scheffler (2018) ressalta o conteúdo social e político do conceito de território, correlacionado ao conceito de poder. O próprio conceito de território é mutável, está em construção social, e é um conceito multidimensional também.

Segundo Haersbaert (2004), desde o início a palavra território tem dupla conotação, tanto material quanto simbólica. O vocábulo vem do latim *territorium* que deriva de terra e significava área sob certa dominação jurídica, ou uma quantidade delimitada de terra. De outra forma, também se aproxima do termo latino *terreo* (amendrotar) e *territor* (terror), indicando que a delimitação de um espaço também impõe medo aos que não pertencem àquele lugar, para se evitar adentrar no espaço alheio.

O território é um local investido de valor e se pode ocupar um território, mas sempre de forma temporária, com isso é um local suscetível a disputas constantes, para delimitação e consolidação de controle. É um espaço embutido de passado, presente e perspectiva de futuro. Porém, os significados atribuídos a um determinado território se modificam no tempo. De acordo com Rosa Medeiros (2008 *apud* Schefler, 2018), o território também pode ser visto como um espaço de identificação ou de pertencimento.

A territorialidade pode ainda se correlacionar a gênero, uma vez que o movimento feminista reivindica sair do lugar de subalternidade secular imposta pelo patriarcado e ocupar um lugar político, cultural, afetivo, social e econômico diferenciado e mais igualitário, com outras formas de relação interpessoal e menos desigualdades, nesse espaço territorial que hoje é de predominância masculina (Schefler, 2018). O acesso às instituições de ensino superior é um exemplo dessa disputa pela territorialidade feminina, pois historicamente as mulheres não tinham sequer direito de ingressar em um ensino superior, fato esse que no Brasil mudou somente no final do século XIX, aos poucos e com muita luta emancipatória. Atualmente, o que as pesquisas mostram é que o acesso a algumas carreiras ainda é de predominância masculina, principalmente as carreiras com maior remuneração financeira pelo mercado de trabalho (Pereira & Favaro, 2017).

O processo pedagógico em que se constroem os conceitos e as relações de gênero, constituindo identidades e formando subjetividades, ocorre ao longo da vida em vários espaços, como família, instituições religiosas, escola, trabalho, mídia, entre outros. As mulheres pertencem a esses territórios, mas com papéis sociais limitados e subjugados, com desigualdade na distribuição de acesso e poder, além de que lhes foi atribuído prioritariamente o espaço privado e doméstico, não o espaço público (Schefler, 2018).

Tendo isso como ponto de partida, o domínio dos territórios pelo qual as mulheres já transitam se faz pela reivindicação do poder que é subtraído delas na constituição desses espaços, pela igualdade na distribuição de recursos e pela conquista de equidade em suas relações sociais. Essa busca pela ocupação territorial não se faz apenas pela ação individual, mas sim de forma coletiva, acolhendo as pessoas que sofrem essas opressões e promovendo a emancipação feminina (Scheffler, 2018).

Dessa forma, o enfrentamento coletivo de mulheres na universidade é imprescindível para que o espaço acadêmico se torne mais acessível e seguro para elas, respeitando as diversas identidades e realidades. Enquanto isso não ocorrer, as palavras luta, resistência e persistência continuarão fazendo parte do vocabulário dessas mulheres, almejando um futuro possível, sem exclusões e violências. A luta feminista no ambiente acadêmico somente cessará quando a universidade se tornar um local mais acolhedor, igualitário, democrático e não violador de direitos. Um território de todos.

Considerações Finais

Os desafios sociais, políticos e econômicos impostos às mulheres ao longo dos anos demandam união coletiva para enfrentamento às violências de gênero que elas sofrem. Problemas estruturais necessitam de uma visão mais ampla e complexa sobre a situação em que eles acontecem e não deveriam ser combatidos de forma individual e pontual, como se fossem avulsos e desconectados de um contexto maior, e disso decorre a relevância social do presente trabalho. Os temas aqui tratados foram desenhados como se fossem passos em direção a uma ação social transformadora.

O primeiro passo seria aprender sobre os feminismos e as pautas reivindicativas feministas para ressignificar vivências e tomar consciência das limitações que recaem sobre as

mulheres. O segundo passo mostra a importância da busca por união e pela prática de sororidade, para reconhecer-se no outro e agir com empatia com as semelhantes, em prol de uma causa maior. O terceiro passo é um incentivo para realizar o enfrentamento coletivo, lutar por direitos e vislumbrar alternativas que almejem transformações socioestruturais, no território onde se dão as práticas diárias.

Não houve aqui pretensão de esgotar a temática. Conforme dito anteriormente, os feminismos são vários, plurais e com múltiplas vertentes, implicando na necessidade de se fazer recortes para expor o que se considerou significativo para a compreensão da temática. O texto não aprofundou, por exemplo, no movimento feminista brasileiro e suas nuances. Em relação a isso, estudos futuros são sugeridos.

Por fim, considera-se pertinente indagar sobre como estão se dando as relações pessoais e institucionais no ambiente universitário, no intuito de promover reflexões para romper com ciclos de violências relacionados a questões de gênero, presentes nesses espaços. Alguns estudos já foram realizados nesse sentido, e espera-se que estudos com esses conteúdos sejam ampliados e aprofundados cada vez mais. Porém, a falta de políticas de igualdade de gênero nas instituições de ensino superior, ainda nos dias atuais, reflete o desinteresse político da estrutura dominante no que tange a questões de gênero em seus espaços. Que a mobilização feminista coletiva universitária possa instigar mudanças e modificar essa estrutura!

Referências

Adichie, C. N. (2015). *Sejamos todas feministas*. Companhia das Letras.

Adrião, K.G., Rabello, D.C., Martorelli, B.P., & Rodrigues, B.M. (2022). A universidade é pública, nosso corpo não: Trajetórias de um coletivo feminista na Universidade Federal de Pernambuco. In T. M. Almeida & V. Zanello (Orgs.), *Panoramas da violência contra*

- mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas* (pp.415–438). Ordem dos Advogados do Brasil.
- Almeida, C. I. (2020). *Maternidade e academia: Políticas de inclusão de gênero na academia* [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Propaganda e Marketing]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <http://tede2.espm.br/handle/tede/523>
- Almeida, T.M. & Zanello, V. (2022). Visões sobre a violência contra as mulheres nas universidades: Uma introdução a problemática no Brasil e na América Latina. In T. M. Almeida & V. Zanello (Orgs.), *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas* (pp.XVII–XXXII). Ordem dos Advogados do Brasil.
- American Psychological Association. (2020). *Publication manual of the American Psychological Association* [*Manual de publicação da Associação Americana de Psicologia*]. (7th ed.). <https://doi.org/10.1037/0000165-000>
- Ávila, T. P. (2022). Violência sexual no ambiente universitário: Análise a partir da experiência de uma Audiência Pública no Distrito Federal. In T. M. Almeida & V. Zanello (Orgs.), *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas* (pp.383–414). Ordem dos Advogados do Brasil.
- Becker, M. R. (2015). *A sororidade como experiência produzida na pesquisa participante* (pp.1–16). <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/sororidade-como-experiencia-produzida-na-pesquisa-participante>.
- Bernardes, C. R., Müller, D. V., Melo, E., Orsomarzo, F., Lacerda, G. L., Branco, J. C., Benda, L. R., Maeda, P., Nóbrega, R. & Dutra, S. L.(2019). O que é sororidade e por

- que precisamos falar sobre. In P. Maeda (Org.), *Sororidade em pauta* (1ª ed., pp. 25–26). Casa do Direito.
- Bonetti, A. L. (2007). *Não basta ser mulher, tem de ter coragem: Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife – PE* [Tese de doutoramento, Universidade Estadual de Campinas]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/pos/teses-dissertacoes>
- Boulos, G. C. (2016). *Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. <https://doi.org/10.11606/D.5.2017.tde-06062017-084608>
- Cerqueira, D., Ferreira, H., Bueno, S., Alves, P. P., Lima, R. S., Marques, D., Silva, F.A., Lunelli, I.C., Rodrigues, R.I., Lins, G.O., Armstrong, K.C., Lira, P., Coelho, D., Barros, B., Sobral, I., Pacheco, D., & Pimentel, A. (2021). *Atlas da violência 2021*. FBSP. <https://doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2021>
- Espínola, M. R., Matos, S. S., Alves, A. R. & Santos, M. C. (2021). Conhecimento é liberdade: os neologismos no movimento feminista brasileiro. *E-book VII CONEDU (Conedu em Casa)*, 03. Realize Editora. pp.569–587. <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/74300>
- Ferraz, J. S. (2019). Da etiqueta ao diálogo: Um desafio sonoro. In P. Maeda (Org.), *Sororidade em pauta* (1ª ed., pp. 296–300). Casa do Direito.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17ª ed.). Paz e Terra.
- Garcia, C. C. (2015). *Breve história do feminismo* (3ª ed.). Claridade.

- Garcia, D. A., & Sousa, L. M. (2015) A sororidade no ciberespaço: Laços feministas em militância. *Estudos linguísticos*, 44 (3); pp.991–1008. <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1032/613>
- Goldstein, L. F. (1982). Early feminist themes in french utopian socialism: The St.-Simonians and Fourier [Os primeiros temas feministas no socialismo utópico francês: Os St.-Simonians e Fourier], *Journal of the History of Ideas*, 43(1).
<https://doi.org/10.2307/2709162>
- Haesbaert, R. (2004). *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. UFRGS.
<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>
- Hollanda, H. B. (2018). *Explosão feminista: Arte, cultura, política e universidade* (2ª ed.). Companhia das Letras.
- Hollanda, H. B. & Bogado, M. (2018). Rua. In H. Hollanda (Org.), *Explosão feminista: Arte, cultura, política e universidade* (2ª ed., pp. 23–42). Companhia das Letras.
- Hollanda, H. B. & Costa, C. (2018). Rede. In H. Hollanda (Org.), *Explosão feminista: Arte, cultura, política e universidade* (2ª ed., pp. 43–60). Companhia das Letras.
- Hollanda, H. B. & Kuhnert, D. (2018). Nas Artes. In H. Hollanda (Org.), *Explosão feminista: Arte, cultura, política e universidade* (2ª ed., pp. 75–104). Companhia das Letras.
- Maria, E. A., & Giacomini, S. M. (2018). Coletivo de mulheres universitárias: Nova forma de fazer política feminista? Uma análise utilizando process-tracing sobre a criação dos coletivos universitários no contexto da Puc-Rio. *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, 6. <https://doi.org/10.12957/cesp.2018.53012>
- Mendonça, M. C. (2021). Maternidade e maternagem: os assuntos pendentes do feminismo. *Revista Ártemis*, 31(1). <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2021v31n1.54296>

- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006) Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11 (3). <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>
- Penkala, A. P. (2014) A mulher é o novo preto: pensando identidades a partir das representações arquetípicas de gênero na série Orange is the new black. *Paralelo 31* (3ª ed.). <https://doi.org/10.15210/P31.V2I3>
- Pereira, A. C., & Favaro, N. A. (2017). História da mulher no ensino superior e suas condições atuais de acesso e permanência. *Educere: XIII Congresso Nacional de Educação*, pp.5527–5542. https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26207_12709.pdf
- Perez, O. C., & Ricoldi, A. M. (2019). A quarta onda feminista: Interseccional, digital e coletiva. *X Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP)*. <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>
- Perez, O. C., & Silva, A. L.,F. (2018). Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude*, 11(1), pp. 255–294. <https://doi.org/10.28998/2179-5428.20170107>
- Reguant, D. F. (1996). *La mujer no existe: Un simulacro cultural [A mulher não existe: Uma simulação cultural]* (1ª ed.). Maite Canal.
- Rocha, C. M., Bezerra, C. S., Arribas, C. G., & Machado, J. S. (2022). Do silenciamento ao enfrentamento: A experiência do Coletivo Marielle Franco – mulheres UFJF nas ações de combate à violência de gênero no ambiente universitário. In T. M. Almeida & V. Zanello (Orgs), *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas* (pp. 439–466). Ordem dos Advogados do Brasil.

- Santos, S. A. (2019). Violências contra estudantes no *campus* de uma universidade federal brasileira. *Gênero & Direito*, 8 (5), pp. 20–3. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2179-7137.2019v8n5.48614>.
- Scharff, C. (2019, 19 de fevereiro). Por que tantas mulheres jovens não se identificam como ‘feministas’. *BBC Notícias*. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47283014>
- Scheffler, M. L. (2018). Território e gênero: Territorialidades ausentes. In C. Rodrigues, D. Andrade, M. Mano, M. Zucco & Araújo, J. (Orgs.), *Territorialidades: Dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres* (pp. 23–82). EDUFBA.
- Silva, B. C. (2019). *Patriarcado e teoria política feminista: Possibilidades na ciência política* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/31963>
- Silva, J. M. (2019). *Feminismo na atualidade: A formação da quarta onda*. [s.n.].
- Silva, J. M., & Salvador, A. C. (2021). Coletivos de mães universitárias: Rompendo com a história da exclusão feminina nas universidades. *Anais do 31º Simpósio Nacional de História: História, verdade e tecnologia*, 8. ANPUH–Brasil. <https://www.snh2021.anpuh.org/site/anais#J>
- Silva, J. P., Carmo, V. M., & Ramos, G. B. (2021) As quatro ondas do feminismo: Lutas e conquistas. *Revista de Direitos Humanos em Perspectiva*, 7 (1); pp.101–122. <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0197/2021.v7i1.7948>
- Silva, T. C. (2011). Rede de enfrentamento à violência contra mulheres (pp. 13–16). <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>

- Silveira, L., & Fernandes, W. X. (2017). A violência contra mulheres na universidade: Denúncias e enfrentamento. *Laboratórios de Estudo de Gênero, Poder e Violência*.
<https://legpv.ufes.br/violência-contra-mulheres-na-universidade-denúncias-e-enfrentamento>
- Sousa, J. G., Jr. (2015). *O direito achado na rua: Concepção e prática*. Lumens Juris.
- Souza, A. L. (2020). A saúde mental das mulheres vítimas de violência no Brasil e o papel da educação superior nesse contexto. *Convibra: IX Congresso Virtual de Gestão, Educação e Promoção da Saúde*.
https://www.convibra.org/congresso/res/uploads/pdf/artigo19530_20200536.pdf
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação* (1ª ed.). Appris.

Manuscrito 2: Coletivo de Mães Universitárias: Aspectos de Apoio Mútuo e de Apoio

Institucional

Resumo

As mulheres lutam há séculos pela sua emancipação e pela conquista de territórios que são conhecidos como de predominância masculina, como o espaço universitário. A dificuldade de acesso ou de permanência nesses ambientes pode ser dar de várias formas, pois nem sempre as questões de gênero são identificadas e respeitadas pelas instituições de ensino superior. Um grupo particularmente atingido por isso é o de mães universitárias. O objetivo desse trabalho de pesquisa utilizando método misto foi explorar, por meio de exposição de frequência de respostas e análise de conteúdo da autora Minayo, a percepção de mães vinculadas a uma instituição de ensino superior que participam de algum coletivo de mães universitárias sobre o apoio mútuo entre participantes do coletivo e sobre o apoio das instituições de ensino superior a esse grupo. Foi averiguada também a percepção delas de como o período pandêmico alterou a sua rotina. Vinte mães universitárias, vinculadas a treze instituições de ensino superior, responderam a um questionário semiestruturado cujas respostas permitiram construir onze categorias temáticas distribuídas em três unidades de contexto. Por fim, foram discutidas a importância do fortalecimento de vínculo de grupo e da prática de sororidade entre mães universitárias e a relevância de ações institucionais voltadas para as mães universitárias. Foi ainda sugerido que as instituições de ensino superior, intencionando ser um ambiente mais inclusivo, adotem políticas de permanência para mães universitárias entendendo as especificidades desse grupo.

Palavras-chave: maternidade, universidade, coletivo de mães universitárias

Abstract

Women have been fighting for centuries for their emancipation and for the conquest of territories that are known as male-dominated, such as the university space. The difficulty of accessing or staying in these environments can take many forms, as gender issues are not always identified and respected by higher education institutions. One group particularly hit by this is college moms. The objective of this research work using mixed method was to explore, through exposure of frequency of responses and content analysis by author Minayo, the perception of mothers linked to a higher education institution who participate in a collective of university mothers about the mutual support between participants of the collective and about the support from higher education institutions to this group. Their perception of how the pandemic period changed their routine was also investigated. Twenty university mothers, linked to thirteen higher education institutions, answered a semi-structured questionnaire whose answers allowed the construction of eleven thematic categories distributed in three context units. Finally, the importance of strengthening group bonds and the practice of sisterhood among university mothers and the relevance of institutional actions aimed at university mothers were discussed. It was also suggested that higher education institutions, intending to be a more inclusive environment, adopt policies of permanence for university mothers, understanding the specificities of this group.

Keywords: motherhood, university, collective of university mothers

Introdução

O que se denomina atualmente de coletivos, nas ciências políticas, são grupos de mobilização social não institucionalizados e quase sempre vinculados ao ambiente universitário, mas que podem também serem grupos de fora da academia. É uma forma mais recente de mobilização social participativa e são escassos os estudos sobre esses coletivos. De toda forma, em geral, os coletivos utilizam a internet e redes sociais como meio de comunicação e distribuição de informação, reforçam laços de solidariedade e buscam o empoderamento dos sujeitos que ali se identificam, utilizando o debate acadêmico para isso (Perez & Silva, 2018).

As autoras Silva e Salvador (2021) mapearam, pelas redes sociais, 25 coletivos de mães universitárias. O primeiro criado no ano de 2010. Alguns outros foram criados após o advento da pandemia. Dentro desses coletivos há trocas de informações pertinentes, debates de conteúdo feminista e incentivo a mobilizações em prol da proteção e permanência de mães universitárias, mostrando a importância dessa rede criada por esses coletivos.

A luta pela permanência de mães na universidade é ainda maior para as mães negras e de baixo poder aquisitivo, pela intersecção de vulnerabilidades, e isso se reflete na trajetória pessoal e acadêmica delas, pois as relações dentro e fora do ambiente acadêmico são gendradas e racializadas (Rodrigues & Alves, 2021). As desigualdades de gênero são reforçadas, ainda, pela divisão sexual do trabalho, sendo que o homem não participa de forma efetiva das atividades laborais domésticas não remuneradas, sobrecarregando as mulheres, principalmente as mães com filhos ainda dependentes, adicionado a isso, o problema é ampliado diante da escassez de políticas públicas para reduzir essas desigualdades (B. Silva, 2019).

Existe carência de políticas institucionais e também de políticas públicas orientadas para mães universitárias. Em relação aos auxílios assistenciais, há previsão, por exemplo, de auxílio-

creche pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (Decreto 7.234, 2010), um programa do governo federal voltado para ampliar as condições de permanência de estudantes de graduação em condição de vulnerabilidade social. Contudo, a previsão orçamentária para a execução desse programa é repassada às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e estas implementam as ações da assistência estudantil conforme seus planejamentos internos, nem sempre as mães estudantes são contempladas. Ademais, o auxílio creche não deveria ser a única ação implementada para a permanência das estudantes mães em situação de vulnerabilidade social.

O presente texto traz uma pesquisa transversal de método misto, realizada de forma remota com mulheres integrantes de coletivo de mães universitárias. O propósito da pesquisa era obter a percepção das participantes sobre as interações intragrupo no coletivo e sobre as ações institucionais voltadas para mães universitárias. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais sobre os resultados obtidos e sobre o assunto em questão.

Método

Participantes

A seleção das participantes da pesquisa se pautou pelo critério de serem mulheres, mães, que fazem parte da comunidade de alguma instituição de ensino superior, podendo ser discentes de graduação ou pós-graduação, servidoras técnicas ou discentes, terceirizadas ou pesquisadoras convidadas e que também participam de algum coletivo de mães universitárias, podendo ser o coletivo de sua própria instituição de ensino superior ou mesmo fazer parte do coletivo nacional.

O convite para participação na pesquisa, indicando o *link* para o questionário eletrônico, foi enviado para dois grupos virtuais de WhatsApp, com 83 e 101 participantes, respectivamente, na época do envio do convite. Esses grupos referem-se a um coletivo de mães da Universidade

de Brasília e também a um grupo que integra mães universitárias e coletivos de mães de diversos locais do país.

O convite para participação na pesquisa foi reiterado nos grupos virtuais a cada dois dias, em média, por três semanas consecutivas, no mês de abril de 2022. No final desse período, também foi elaborado um convite e postado na página do Instagram do grupo Núcleo Interseccional em Estudos da Maternidade (NIEM), vislumbrando a possibilidade de uma maior adesão a participação na pesquisa. O questionário eletrônico ficou disponível para respostas até a data de 01 de maio de 2022.

Instrumento e Procedimento

Foi elaborado um questionário eletrônico semiestruturado, para ser respondido por meio da internet, utilizando a ferramenta de pesquisa Forms, da Microsoft. O questionário foi elaborado com 29 itens, sendo 16 itens de múltipla escolha, 2 itens com escala Likert de nível de concordância, e 11 itens com resposta aberta. Foi realizado um teste-piloto com o questionário e depois foram feitas as adaptações necessárias. O questionário não precisava de cadastro prévio e foi editado para receber resposta de qualquer pessoa. Foi divulgado um tempo médio de resposta de 8 minutos, previsto pelo Forms. Após a aplicação do questionário, o Forms trouxe que o tempo médio de resposta das participantes foi de 11 minutos e 56 segundos.

Foi mantido o anonimato das pessoas participantes. Algumas perguntas do questionário foram para levantamento sociodemográfico, para saber dados relacionados a questões identitárias, nível socioeconômico, a distância da residência ao *campus*, entre outras coisas. Além disso, foi solicitado a instituição de ensino, a qual a respondente se encontrava vinculada, para excluir possíveis pessoas que não pertencem a alguma instituição de ensino.

Os itens do questionário eletrônico foram elaborados a partir de revisão bibliográfica prévia e, além dos itens já citados, foram solicitadas informações sobre a rede de apoio pessoal, informações sobre o apoio do coletivo, dados sobre o apoio institucional às mães e influência da pandemia do vírus SARS-CoV-2 sobre a rotina doméstica. A integração desses dados, em todos esses contextos, colabora para uma visão mais ampla da vivência das mães universitárias.

O questionário eletrônico se mostrou a melhor ferramenta a ser utilizada uma vez que o momento da pandemia do vírus SARS-CoV-2 exigiu, por questões sanitárias, restrições de contato presencial. Somado a isso, foi a forma de alcançar pessoas que poderiam se localizar em outra cidade. O horário para responder ao questionário, foi outra vantagem, pois poderia ser escolhido pela participante, uma vez que o *link* para o questionário ficou acessível por todo o período. Esses fatores foram considerados facilitadores para pessoas com a rotina muito atarefada.

Análise

Neste trabalho, os dados quantitativos foram expostos segundo frequência de respostas e como proposta para a análise qualitativa dos dados empíricos, foi utilizada a análise de conteúdo, da autora Minayo (2009), tendo como unidade de registro o tema revelado nas respostas das participantes às perguntas abertas propostas pelo questionário eletrônico, classificando-as em categorias de significado. Para facilitar o entendimento e situar a fala em sua referência, foram utilizadas também unidades de contexto que, conforme descreve Gomes (2009), servem para compreender o contexto no qual aquela mensagem foi produzida. Após a categorização, foi realizada a análise de conteúdo interpretativa, comparando os elementos obtidos a aspectos conceituais.

Cuidados Éticos

Essa pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (CEP/CHS), na data de 07 de dezembro de 2020, CAAE 36641920.4.0000.5540. A adesão das participantes para responder ao questionário eletrônico via internet foi voluntária e sem o recebimento de bônus ou ônus pela participação ou não. Foram disponibilizados contatos de *e-mail* e telefone celular da pesquisadora para suporte psicológico ou esclarecimento de dúvidas. Ao final, nenhuma participante solicitou apoio psicológico pela participação.

Resultados

Os dados obtidos por meio do questionário eletrônico foram organizados, agrupados e analisados. Alguns dados foram organizados em formato de tabela ou pelo quantitativo de respostas, principalmente os dados com questões identitárias e de múltipla escolha. Os dados vindos dos itens de questões abertas foram organizados e analisados por meio da análise de conteúdo de Minayo (2009). Os dois itens com escala Likert, de nível de concordância, foram analisados junto às questões abertas, uma vez que eram perguntas interligadas em conteúdo e se complementavam.

O Quadro 1 traz alguns dados identitários das mães que participaram da pesquisa e foi utilizada a letra “M” de mãe, seguido de um número, com a finalidade de manter o anonimato das participantes e ao mesmo tempo possibilitar uma leitura mais contextualizada e social das falas que as participantes trouxeram nas perguntas do questionário.

Quadro 1

Dados Identitários Autodeclarados das Participantes da Pesquisa

Participantes	Identidade de gênero	Orientação sexual	Cor/etnia	Idade (anos)	Renda média mensal <i>per capita</i>	Número de filhos	Faixa etária do filho mais novo (anos)
M1	cisgênero	heterossexual	parda	39	acima de 2 salários mínimos	1	3 a 5
M2	cisgênero	heterossexual	branca	47	acima de 2 salários mínimos	1	6 a 12
M3	cisgênero	heterossexual	parda	32	mais de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos	1	até 2
M4	cisgênero	pansexual	preta	34	mais de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos	1	acima de 12
M5	cisgênero	heterossexual	branca	30	mais de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos	2	até 2
M6	cisgênero	heterossexual	preta	25	até meio salário mínimo	1	3 a 5
M7	cisgênero	homossexual	não informada	32	até meio salário mínimo	1	3 a 5
M8	cisgênero	bissexual	preta	25	até meio salário mínimo	2	até 2
M9	gênero fluido	bissexual	branca	44	mais de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos	2	3 a 5
M10	cisgênero	homossexual	parda	43	até meio salário mínimo	2	6 a 12
M11	cisgênero	bissexual	parda	26	até meio salário mínimo	1	6 a 12
M12	cisgênero	heterossexual	parda	34	mais de meio salário mínimo até 1 salário mínimo	1	3 a 5
M13	não informado	heterossexual	branca	30	acima de 2 salários mínimos	1	até 2
M14	cisgênero	heterossexual	preta	27	acima de 2 salários mínimos	1	até 2

Participantes	Identidade de gênero	Orientação sexual	Cor/etnia	Idade (anos)	Renda média mensal <i>per capita</i>	Número de filhos	Faixa etária do filho mais novo (anos)
M15	cisgênero	heterossexual	parda	22	acima de 2 salários mínimos	1	até 2
M16	cisgênero	heterossexual	preta	28	mais de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos	1	6 a 12
M17	cisgênero	heterossexual	branca	38	mais de meio salário mínimo até 1 salário mínimo	2	6 a 12
M18	cisgênero	heterossexual	branca	40	acima de 2 salários mínimos	2	3 a 5
M19	cisgênero	bissexual	preta	25	até meio salário mínimo	1	6 a 12
M20	cisgênero	bissexual	branca	31	até meio salário mínimo	3	6 a 12

Conforme a autodeclaração de características identitárias, 90% das respondentes têm identidade de gênero cisgênero e 60% são heterossexuais. No que diz respeito à idade, a maioria, 85% das respondentes, têm idade até 40 anos, com idades variando de 22 a 47 anos. Em relação à quantidade de filho, 65% têm apenas 1 filho.

A respeito da idade do filho mais novo, 30% das participantes afirmaram ter filho até de 2 anos de idade, outras 30% das participantes afirmaram ter filho de 3 a 5 anos de idade, 35% das participantes disseram ter filho de 6 a 12 anos de idade e uma pessoa disse ter filho acima de 12 anos de idade.

Sobre as características étnico-raciais, entre cinco categorias possíveis, segundo critérios do IBGE para a autodeclaração de cor ou raça, percebe-se que 60% das participantes são

consideradas negras, divididas entre pretas e pardas. No que diz respeito à renda mensal *per capita*, 35% das participantes vivem com até meio salário mínimo.

Treze instituições de ensino superior, às quais as participantes estão vinculadas, foram mencionadas. Destaca-se que não houve, na amostra trazida, a presença de participante vinculada a rede privada de ensino, apesar de a pesquisa não limitar a participação de mães vinculadas a esse tipo de instituição. A maioria das instituições de ensino listadas pertence à rede federal de ensino e apenas duas são instituições da rede de ensino estadual.

Tabela 1

Instituições de ensino declaradas na pesquisa

Instituição de Ensino Superior (IES)	Quantitativo de participante
Instituto Federal de Goiás (IFG)	1
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)	1
Universidade de Brasília (UnB)	4
Universidade de São Paulo (USP)	1
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	1
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	2
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	1
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)	1
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	2
Universidade Federal Fluminense (UFF)	2
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	1
Total	20

Apareceu na amostra apenas uma pessoa cujo vínculo com a instituição de ensino é trabalhista. Todas as outras participantes são estudantes, sendo que a participação de estudantes de graduação foi a maior entre todas, representando 60% da amostra. As discentes de pós-graduação representaram 30% da amostra.

As participantes indicaram também, em sua maioria, exercer atividades no *campus* no período diurno, sendo que 55% das respondentes exercem sua atividade apenas no período

diurno e outras 20% das respondentes disseram exercer atividades no *campus* nos períodos diurno e noturno.

Informaram exercerem alguma atividade remunerada, como trabalho ou estágio, 80% das participantes. Das participantes, 65% informaram que não fazem uso regular de transporte público para se deslocar ao *campus* e 70% residem próximas ao *campus*. Por outro lado, uma participante informou residir a mais de 50 km do *campus*.

Adentrando na análise de conteúdo, ao todo 11 (onze) categorias principais foram percebidas após análise qualitativa das questões, tendo o tema como unidade de registro. As categorias foram agrupadas em 3 (três) unidades de contexto, sendo elas: percepções sobre o coletivo de mães; percepções sobre a rotina familiar ou doméstica no período pandêmico; e percepções sobre a instituição de ensino superior.

A unidade de contexto “percepções sobre o coletivo de mães” trouxe 4 (quatro) categorias; a unidade de contexto “percepções sobre a rotina familiar ou doméstica no período pandêmico” trouxe 4 (quatro) categorias; e a unidade de contexto “percepções sobre a instituição de ensino superior” trouxe 3 (três) categorias. Somando todas as unidades de registro se chega então ao quantitativo de 11 (onze) categorias.

Percepções sobre o Coletivo de Mães

Nessa unidade de contexto foram agrupadas as interações que ocorrem entre os pares no coletivo que demonstram a contribuição que o coletivo de mães proporciona para cada participante. Vale destacar que as mães que participaram da pesquisa têm diferentes tempos de permanência no coletivo. O ingresso de cada participante no coletivo de mães variou entre o segundo semestre de 2015 ao primeiro semestre de 2022, sendo que pelo menos 9 participantes ingressaram na época da pandemia, e isso corresponde a 45% da amostra.

Além das questões abertas, para complementar, um item do questionário eletrônico trouxe uma escala Likert, de nível de concordância, sobre interações entre pares no coletivo, como mostra o Quadro 2. Esse quadro traz listadas sete interações, cinco níveis de concordância em frequência, variando de “nunca” a “muito frequentemente”, e as respostas dadas com o quantitativo de participantes e, entre parênteses, a sua representação proporcional no grupo. As respostas se apresentaram bem distribuídas, sendo mais frequentes as interações que dizem respeito a trocas de informações; busca ou oferta de apoio emocional; e ações voltadas para reivindicações de pautas para mães perante a instituição de ensino. As interações percebidas como menos frequentes foram sobre a oferta ou busca de apoio material ou financeiro e a oferta ou busca de apoio para o cuidado de filho.

Quadro 2

Percepção da interação entre pares no coletivo

Interações	Nunca	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente	Muito Frequentemente
Troca de informações pertinentes sobre cuidado de crianças/adolescentes	1 (5%)	3 (15%)	7 (35%)	5 (25%)	4 (20%)
Troca de informações pertinentes sobre a saúde da mãe	2 (10%)	5 (25%)	5 (25%)	4 (20%)	4 (20%)
Troca de informações pertinentes sobre protocolos e ações institucionais	2 (10%)	2 (10%)	5 (25%)	4 (20%)	7 (35%)
Oferta ou busca de apoio emocional	1 (5%)	3 (15%)	7 (35%)	5 (25%)	4 (20%)
Oferta ou busca de apoio para o cuidado de filho(a)	3 (15%)	6 (30%)	5 (25%)	4 (20%)	2 (10%)
Oferta ou busca de ajuda material ou financeira	3 (15%)	7 (35%)	7 (35%)	2 (10%)	1 (5%)

Interações	Nunca	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente	Muito Frequentemente
Ações voltadas para reivindicações de pautas para mães perante a instituição de ensino	2 (10%)	0	5 (25%)	6 (30%)	7 (35%)

A reivindicação do coletivo de mães que as participantes consideram prioritária e foi a mais recorrente é o acesso à creche, mencionado 9 vezes, seguida de disponibilização de auxílio permanência ou assistência estudantil, mencionado 6 vezes. Também foram mencionadas a criação de legislação interna específica para mães universitárias, a implantação de fraldários, o direito a acesso com crianças nas instalações da instituição de ensino, a flexibilização de horários e o ensino remoto.

Nessa unidade de contexto foram percebidas 4 unidades de registro, divididas nas categorias: acolhimento e apoio emocional; apoio no cuidado com os filhos; aprendizado e acesso a informações; e espaço político. O conteúdo que classificou cada uma delas será explicado adiante.

Acolhimento e Apoio Emocional

Essa categoria foi composta com falas que fizeram referência ao coletivo sendo um lugar acolhedor para compartilhamento de vivências e busca de apoio emocional. Algumas falas apontaram para o coletivo como um lugar de encorajamento e apoio mútuo. Para algumas participantes o coletivo serve como rede de apoio psicológico e para outras o coletivo serve como ambiente que proporciona troca sociais e desperta a sensação de pertencimento. São exemplos:

M11:(no coletivo ocorrem) *relação de amigas e encontro com pessoas que se identificam por ter ou estar passando pelas situações parecidas.*

M13: (o coletivo contribui) *Me inspirando e me encorajando.*

M19: *O coletivo me ajuda a me sentir conectada com outras mães, me faz perceber que não estou sozinha [...].*

M20:(no coletivo ocorrem)[...] *assistência psicológica [...] grupos para escuta e compartilhamento de vivências e experiências, dentre outras ações.*

Apoio no Cuidado com os Filhos

Essa categoria foi composta com falas que indicaram que participantes puderam em algum momento contar com apoio do coletivo para o cuidado com o filho, percebido nos seguintes fragmentos:

M11: [...] *e até auxílio nos cuidados (com o filho) durante aulas na universidade.*

M20: *Rede de apoio materno (As mães do coletivo se revezam de acordo com a disponibilidade para olhar o filho de outra mãe que precise assistir aula)[...].*

Aprendizado e Acesso a Informações

Essa categoria foi formada com falas que fizeram referência ao coletivo sendo um lugar de aprendizado em que se pode buscar informações diversas e também informações pertinentes sobre mães, maternidade, ações acadêmicas, entre outras coisas. Conforme demonstram alguns exemplos a seguir:

M3: [...] *compartilhamento de eventos e atividades para mães.*

M9: *Troca da experiência no ambiente acadêmico no que diz respeito a maternar e ser acadêmica.*

M19: [...] *me auxilia em questões práticas dentro da instituição.*

Espaço Político

Essa categoria foi formada com falas que fizeram referência ao coletivo sendo um lugar de troca de ideias e debate político, por vezes objetivando expor algumas demandas e propor formas de ações perante a sociedade e a instituição de ensino, como luta por ampliação de auxílio permanência para mães e contribuições no debate sobre políticas sociais para mães. São exemplos:

M4: (o coletivo contribui com) [...] *é uma base para a construção de pautas e lutas que iremos trilhar [...].*

M6: (o coletivo) *Contribuindo com a pauta da maternidade na universidade, dialogando com a pró-reitoria de acordo com as nossas necessidades e interesses.*

M8:(o coletivo contribui)[...] *a conhecer sobre seus direitos em relação a permanência na universidade e continuação dos seus estudos, como os exercícios domiciliares, por exemplo.*

M20: (no coletivo) [...] *conseguimos articular mudanças dentro da instituição, contribuindo para a permanência das mães de forma geral [...] a maior visibilidade das mães dentro da instituição.*

Percepções sobre a Rotina Familiar ou Doméstica no Período Pandêmico

Nessa unidade de contexto foram agrupadas as respostas cujos conteúdos tratam sobre a rotina cotidiana de cuidados domésticos conjugada à rotina de estudo e trabalho. As percepções sobre a rotina familiar ou doméstica precisam ser analisadas levando em consideração que os dados foram coletados no primeiro semestre do ano de 2022, ainda em período de pandemia do vírus SARS-CoV-2 e após mais de dois anos do seu início. A pergunta aberta solicitava que se descrevesse a alteração da rotina doméstica na pandemia. Para complementar a análise, duas perguntas de múltipla escolha trazem dados sobre auxílio no cuidado do filho.

Dos dados extraídos dos itens de múltipla escolha, 55% das participantes disseram receber auxílio diário de outro adulto na tarefa de cuidado do filho e outras 30% das participantes disseram não receber auxílio de outro adulto na tarefa de cuidado do filho. O restante da amostra informou receber auxílio em dias intermitentes ou apenas em algumas ocasiões.

Perguntado onde ou com quem o filho fica quando a mãe tem tarefa de trabalho ou estudo, 25% das participantes disseram que nesses momentos o filho fica em casa, sob os cuidados da mãe e pelo menos 55% das mães utilizam o serviço de escola ou creche para o filho enquanto realizam tarefa de trabalho ou estudo. Em resposta a esse item, na opção “outra”, foi sugerido que se abrisse a possibilidade de mais de uma escolha, uma vez que, dependendo do dia ou da atividade da mãe, o filho poderia ser direcionado a uma situação ou a outra, como casa ou escola. Outra observação importante é que as escolas e creches foram temporariamente fechadas em parte do período da pandemia, por questões de medida preventiva sanitária.

Ao todo, na análise de conteúdo, para essa unidade de contexto, foram percebidas 4 unidades de registro distribuídas nas categorias: sobrecarga de tarefas; impacto na saúde mental; impacto socioeconômico; e, alteração no desempenho acadêmico. Conforme descritas a seguir.

Sobrecarga de Tarefas

Essa categoria foi composta com respostas que apontam que o período de pandemia intensificou as tarefas domésticas realizadas pelas mães e houve sobrecarga de serviços. As tarefas foram descritas como cuidados de filho, afazeres domésticos da casa, rotina de trabalho remunerado, estudo e acompanhamento de aulas, ajuda com ensino remoto de filho, entre outras coisas, conforme exemplos a seguir:

M6: *Minha filha ainda não estudava, então fiquei em casa com ela estudando e fazendo atividades domésticas e tendo que trabalhar. Foi difícil.*

M8: [...] *Eu estou sempre com meus filhos no braço, quase nunca apareço na câmera pois tô sempre ou cozinhando, ou trocando crianças com cocô, ou banhando, ou atendendo qualquer necessidade, e não posso ficar parada [...]* Dessa merda de sistema que faz com que as mães solo [...] *deem conta de todo o trabalho que não cabe só a ela, ainda mais em uma pandemia [...]*.

M10: *Alterou muitíssimo pois acabei ficando sobrecarregada, já que meu marido não parou de trabalhar durante todo o período e meus dois filhos ficaram em casa e tudo ficou por minha conta sozinha, além de ter sido a mesma época em que entrei na universidade e já no segundo semestre as aulas começaram a pesar muito além das aulas das crianças.*

M15: *Fiquei em casa em tempo integral, trabalhando, estudando e cuidando da minha filha, isso dificultou os estudos pois não sobrava tempo para estudar já que eu sou a única cuidadora da minha filha.*

Impacto na Saúde Mental

Essa categoria foi composta com falas que mostram que o período de pandemia, por diversos aspectos, como o isolamento social, o estresse de se contaminar, o medo da morte, entre outras coisas, trouxe impactos para a saúde mental das mães, causando adoecimento. Nem todas as participantes apontaram nome para as doenças, mas relataram alguns sintomas, conforme pode ser visto a seguir:

M1:[...] *Estamos doentes emocionalmente [...] sem perspectiva [...]*.

M7:[...] *a convivência difícil traz danos mentais e também uma dificuldade imensa nos estudos e também na criação do meu filho [...]*.

M11: [...] *o aumento do estresse com medo da pandemia [...]*.

M20: [...] *ficamos ansiosos e depressivos, inclusive as crianças. Minhas filhas tiveram crises de ansiedade e até de automutilação. Ainda estamos sofrendo o impacto da pandemia.*

Impacto Socioeconômico

Essa categoria foi formada com relatos de conteúdos que demonstram que o período de pandemia trouxe também impactos materiais e socioeconômicos para as mães. Algumas pessoas perderam o emprego, outras perderam auxílios e outras perderam poder aquisitivo com a elevação da taxa de inflação. São exemplos:

M1: *Estamos [...] sem renda e emprego [...].*

M7: *Tive que voltar para a casa dos meus pais, onde não é um espaço muito difícil de convivência. Consegui regime especial [...] mas não ganho mais bolsa nenhuma, ou seja, entrando quase que nada no nosso orçamento. Isso dificulta mais ainda nossa saída da casa dos meus pais [...].*

M20: [...] *não tinha computador/celular suficiente para 3 crianças e 2 adultos, então tínhamos que revezar. O preço dos alimentos subiram exorbitantemente e ficamos em vulnerabilidade alimentar e assim permanecemos até hoje [...].*

Alteração no Desempenho Acadêmico

Essa categoria foi composta com falas de conteúdo que destacam que as mães sentiram alteração em seu desempenho acadêmico durante o período de pandemia. Essa alteração pode ter melhorado ou piorado o desempenho. Cabe aqui observar que uma reivindicação de estudantes mães, mesmo antes do período de pandemia, era o acesso às disciplinas no modo remoto, para permanecerem mais próximas ao filho, especialmente quando este tem até 2 anos incompletos e ainda é muito dependente de cuidados maternos.

M3: *Voltei a estudar no ensino remoto. As aulas remotas eram melhores que as presenciais.*

M8: [...] *De certo modo me ajudou por não ter mais que enfrentar ônibus lotados com meus filhos para ir pro ensino presencial, mas também tem sido muito tenso pois sempre fico pensando o quanto minha qualidade de ensino no período remoto é totalmente diferente e desigual a dos meus colegas, que podem se sentar em suas cadeiras, no silêncio de seus quartos [...]. Então o máximo que consigo é ficar ouvindo a aula no fone bluetooth, mas ver slides, prestar atenção mesmo é IMPOSSÍVEL. E isso é uma grande merda, pois sei que minha formação foi prejudicada todo esse tempo [...].*

M15: [...] *isso dificultou os estudos pois não sobrava tempo para estudar já que eu sou a única cuidadora da minha filha.*

Percepções sobre a Instituição de Ensino Superior

Nessa unidade de contexto foram agrupados os conteúdos que apontam para a percepção das participantes sobre as possíveis contribuições institucionais que foram ou deveriam ser implementadas para atender às demandas das mães universitárias e contribuir assim para o acesso e permanência desse grupo na instituição de ensino. As percepções sobre a instituição de ensino superior à qual as participantes estão vinculadas foram complementadas com as respostas aos itens de múltipla escolha, cujas respostas remetiam a indagações sobre as ações da instituição de ensino superior voltadas para as mães.

Pelas respostas dadas, 90% das participantes informaram que não consideram a instituição de ensino à qual estão vinculadas um espaço acolhedor para mães. Além disso, 80% das participantes informaram que não usufruem de algum auxílio da universidade por ter filhos, sendo que 40% das participantes informaram que já usufruíram de licença maternidade pela

universidade. Ainda, 10% das participantes informaram que não usufruíram, apesar da necessidade; e 50% informaram que não houve necessidade de pedir licença maternidade.

Foi questionado se a instituição de ensino das participantes teria auxílios que beneficiem mães e quais seriam eles. Em relação às respostas, 30 % das participantes disseram não conhecer ou não ter. Outras 50 % das mães disseram ter creche ou auxílio creche. Das participantes, 20% disseram ter outros auxílios, mas dessas, duas pessoas apontaram o baixo valor da bolsa. O acesso liberado com o filho ao Restaurante Universitário foi indicado por 10% das pessoas. Além desses, foram citados pelo menos uma vez: alojamento com quarto individual; uma sala destinada à permanência de crianças; serviço de acolhimento às estudantes; e manutenção de auxílios assistenciais durante a licença maternidade.

Somado às questões já citadas, um item do questionário eletrônico trouxe uma escala Likert, de nível de concordância, sobre demandas institucionais. O item trouxe listadas nove demandas, com cinco níveis de concordância variando de “não é importante” a “muito importante”. Todas as demandas trazidas foram apontadas como “muito importante”, por pelo menos 70% das respostas das participantes, representando uma maioria significativa.

As nove demandas listadas no item com escala Likert foram a respeito de: instalação de fraldários; disponibilização de disciplinas remotas; obtenção ou manutenção de auxílio creche; disponibilização de creche institucional; acesso livre com a criança ou adolescente aos ambientes institucionais; cotas para mães em editais de pesquisa; criação de espaço para acolhimento e cuidado em saúde mental da mãe; adoção de política institucional de igualdade de gênero; e ampliação da licença maternidade.

Um item de pergunta aberta questionou quais as ações, das nove listadas no item, já se encontravam implementadas nas instituições de ensino das participantes. Nenhuma ação das

listadas se encontrava implementada na instituição de ensino delas, de acordo com 20% das mães. Em relação a essas respostas, pode ser que realmente nenhuma ação foi implementada ou mesmo pode ser que algumas das ações até estejam implementadas, mas não foram devidamente divulgadas a ponto das pessoas as conhecerem ou usufruírem delas.

As ações que já se encontram implementadas nas instituições de ensino e mais mencionadas pelas participantes foram: disponibilização de disciplinas remotas; disponibilização de auxílio creche; e acesso livre com a criança ou adolescente aos ambientes institucionais. Entre as instituições de ensino as quais as participantes estão vinculadas e a respeito das percepções das ações implementadas para atendimento a alguma das nove demandas listadas, destacam-se com o maior número de ações a UFF e a Unicamp, com 5 e 4 ações já implementadas, respectivamente.

Ainda na unidade de contexto de percepções sobre a instituição de ensino superior, foi perguntado o que as participantes sugeririam para acrescentar à lista de nove demandas apresentadas. Diante do conteúdo das respostas, pela análise de conteúdo, foram percebidas 3 unidades de registro distribuídas pelas categorias: benefício para a mãe; benefício que inclua o filho; e reconhecimento das demandas das mães universitárias pela instituição de ensino.

Benefício para a Mãe

Nessa categoria foram agrupadas falas que remetem a ações e auxílios destinados a mães universitárias, objetivando a sua permanência na instituição de ensino. Algumas falas se referem a auxílios financeiros, outras se referem à disponibilização de serviços, e ainda outras se referem à dilatação de prazos e incentivos a pesquisa.

M1: *Ampliação de prazos das avaliações para as mães, cotas para mães em editais de IC, abono de falta em caso de doença dos filhos, licença maternidade sem ônus às mães graduandas.*

M8: *Grupos de apoio psicológico, ofertados com frequência, pelos Departamentos de saúde para as mães, mães solo, ou até para os pais universitários.*

M15: *Prioridade em matrículas de disciplinas.*

M18: *Substituição de provas e trabalhos diante de ausência por prover necessidades dos filhos e filhas e abono de faltas.*

Benefício que Inclua o Filho

Essa categoria foi composta com falas que fizeram entender que as instituições de ensino deveriam prever a presença de crianças e promover acolhimento por meio de ações e adequações de espaço. Somado a isso, as falas também trazem a necessidade de se estender aos filhos alguns auxílios que as mães façam usufruto, como moradia.

M2: *Possibilidade de residir no campus com filhos.*

M6: *Criação de espaços de lazer na universidade voltados para crianças.*

M14: *Atividades de extensão para os filhos.*

Reconhecimento das Demandas das Mães Universitárias pela Instituição de Ensino

Essa categoria foi composta com falas que evidenciam que a instituição de ensino deve levantar dados sobre as mães universitárias no intuito de reconhecer as suas vulnerabilidades para implementar melhores ações e deve promover a divulgação dessas ações. Há também a necessidade de formalização de ações que visem garantia de direitos para as mães universitárias, por meio de normas ou resoluções.

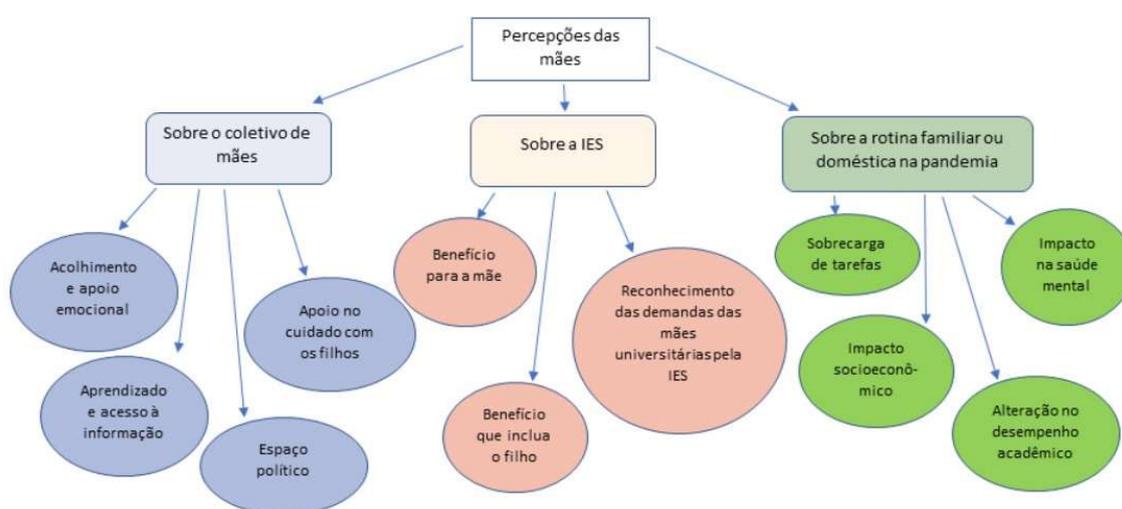
M17: *criação de lei específica para mães universitárias/estagiárias.*

M20: *A produção de dados a respeito das discentes mães por parte da instituição, sem esses dados as mães "não existem" na Universidade e não são criadas políticas de permanência para esse grupo. Uma resolução que conceda direitos básicos para mães graduandas, considerando este grupo um grupo em vulnerabilidade para permanência.*

Com a exposição dessa última categoria, finaliza-se a apresentação dos resultados dos dados obtidos e organizados por conteúdo em onze categorias, distribuídas por três unidades de contexto. A Figura 1 traz um mapa mental para melhor visualização da análise de conteúdo feita. A discussão dos resultados será realizada na próxima etapa da pesquisa. Optou-se por discutir os resultados em separado, pois alguns resultados serão analisados de forma conjunta e isso contribuirá para a interlocução de textos e se poderá disponibilizar a argumentação de forma mais organizada, bem como se evita repetições de argumentos.

Figura 1

Mapa mental construído pela autora a partir da análise de conteúdo de Minayo



Discussão

Ao discutir os dados encontrados no estudo, percebe-se que a situação sociodemográfica das participantes dialoga com o que a literatura aponta no recorte interseccional de gênero, raça e classe. A maioria das participantes se declararam pretas ou pardas. Apesar de a pesquisa ser uma amostra pequena, o acesso da população negra ao ensino superior vem aumentando no decorrer da última década. Segundo estudo da autora T. Silva, do IPEA (2020), entre os anos de 2009 e 2015 houve um crescimento de 25% da população negra no acesso ao ensino superior. Esse acréscimo se dá após adoção de ações afirmativas de políticas públicas, como a Lei de Cotas no ensino superior (Lei 12.711, 2012).

No que diz respeito à renda mensal *per capita*, são consideradas como baixa renda para o Cadastro Único do governo federal e aptas a receberem auxílio governamental, as pessoas que vivem com renda mensal individual de até meio salário mínimo (Lei 8.742, 1993). Declararam estar nessa condição sete participantes, e dessas apenas uma pessoa se autodeclarou de cor branca, mostrando a intersecção entre raça e classe social, sendo essas as pessoas de maior vulnerabilidade social (Davis, 2016; Rodrigues & Alves, 2021; Nunes & Silva, 2020), temática debatida nas pautas feministas da terceira onda, em que as questões identitárias ganharam destaque (J. Silva, 2019).

As mulheres negras são socialmente desvalorizadas e preteridas e quando se tornam mães, enfrentam a solidão e a dificuldade de terem que arcar sozinhas com o cuidado de filhos e os custos da manutenção da casa (Zanello, 2018; Rodrigues & Alves, 2021). A autora Piedade (2017) descreve que as mulheres negras não se identificam umas com as outras apenas pelo sentimento de sororidade que une as mulheres, mas principalmente pela solidão, falta de amparo e dor que sentem. Ela denominou isso utilizando o neologismo: dororidade.

A própria maternagem pode ser vista como uma interseccionalidade também, como argumenta o Feminismo Matricêntrico (Mendonça, 2021), tendo em vista que a realidade das mulheres mães, com todas as dificuldades inerentes a um trabalho árduo, não remunerado e executado em tempo integral de cuidado do outro, as diferencia de outras mulheres que não se encontram em situação semelhante, implicando em um maior desgaste físico e mental (Rodrigues & Alves, 2021). Somado a isso, há uma idealização social do papel de mãe que as mulheres acreditam, internalizam e depois tentam reproduzir, e se culpam ou se ressentem caso não alcancem a expectativa que tinham em relação a essa vivência (Azevedo & Arrais, 2006).

Das participantes, 80% declararam realizar alguma atividade remunerada, além das atividades de estudo e das atividades domésticas. Há sobrecarga de demanda e isso se intensificou na pandemia, conforme foi trazido nas falas categorizadas na unidade de contexto “percepções sobre a rotina familiar ou doméstica no período pandêmico”.

Foi percebido que a sobrecarga de tarefas, em várias situações, dificultou o desempenho acadêmico, conforme descrito por Almeida (2020), pois a pressão por produção acadêmica não leva em consideração que mulheres têm duplas ou triplas jornadas de atividade. Por conta disso, tem-se também que a ampliação de prazos para entrega de materiais acadêmicos e prioridade em matrícula de disciplinas para mães foram pautas trazidas em reivindicações na categoria “benefício para mães”.

Ainda sobre essa questão, essa sobrecarga de tarefas é consequência da divisão sexual do trabalho que naturaliza as atribuições de tarefas diferenciadas para homens e mulheres, a qual assume grande parte do cuidado de filhos e serviço doméstico da casa. As mulheres gastam quase o dobro de horas semanais a mais na realização de trabalho não remunerado, se comparado ao gasto dos homens, e isso se intensificou no período da pandemia. Há invisibilidade do

trabalho não remunerado e as mulheres dedicam muito tempo a ele, fato esse que implica em, conseqüentemente, escassez de tempo vivido para lazer e outras atividades que podem proporcionar mobilidade social, como estudo ou trabalho remunerado (Melo & Morandi, 2021).

Sendo assim, a divisão sexual do trabalho não só implica em prejuízo à saúde da mulher, como visto na categoria “impacto na saúde mental”, mas dificulta o seu desenvolvimento profissional e também dificulta o desempenho no campo acadêmico. Isso tem sido pauta do feminismo, que historicamente luta contra todo tipo de opressão social, política, cultural ou econômica que subjuga as mulheres e aumenta a desigualdade entre os gêneros (B. Silva, 2019).

Durante o período da pandemia e pela necessidade de isolamento social, como forma de medida de prevenção sanitária, houve redução da rede de apoio às famílias para realização de tarefa doméstica e cuidado de filhos. As creches e escolas fecharam temporariamente, as famílias se afastaram, e algumas mulheres abandonaram empregos e estudos para cuidar de questões domésticas, aumentando ainda mais a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Além disso, as mulheres foram as maiores vítimas do desemprego no país, sendo essa situação mais acentuada para as mulheres negras e de baixa renda social (Melo & Morandi, 2021), corroborando o que foi trazido na categoria “impacto socioeconômico”, durante o período da pandemia.

No período da pandemia, as instituições de ensino ofertaram várias disciplinas de forma remota e cabe aqui ressaltar que algumas mães universitárias têm essa solicitação como pauta reivindicatória. Sendo assim, nem todas as participantes tiveram piora do desempenho acadêmico no período da pandemia, e isso foi visto na categoria “alteração do desempenho acadêmico”. A disponibilização para cursar disciplinas acadêmicas de forma remota auxilia as mães universitárias a permanecerem mais próximas ao(à) filho(a), realizando trabalho de cuidado

e podendo realizar estudos em horários que seja mais conveniente em seu cotidiano. Por vezes, elas sequer possuem a possibilidade de deixar seus filhos sob o cuidado de outra pessoa ou instituição (Amorim, 2012).

Ao que concerne ao coletivo de mães, ele foi referenciado como um local em que se encontra apoio emocional e psicológico, com possibilidades de trocas de diversas formas, que proporciona aos membros sensação de pertencimento a um grupo, e algumas vezes podendo obter até apoio material e cuidado para o filho. Tudo isso corrobora com a ideia de que há sororidade nas relações do coletivo, pois demonstra haver empatia pela situação de outras mulheres, promoção de diálogo, apoio mútuo, acolhimento e cuidado (Garcia & Sousa, 2015). Além disso, segundo Boulos (2016), há indícios de que a participação em militância traga alívio a sintomas de depressão, ansiedade e solidão para as integrantes do grupo.

A forma de participação no coletivo, utilizando redes sociais, como o WhatsApp e com trocas de mensagens e troca de vivências entre as participantes, conforme foi descrito em algumas falas das participantes da pesquisa nas categorias “aprendizado e acesso a informações” e “espaço político”, são características da quarta onda do feminismo (Perez & Ricoldi, 2019). A construção de mobilização social e política fica facilitada com a utilização da internet e com a comunicação horizontal entre os membros, utilizando-se de linguagem informal e experiências compartilhadas (Castells *apud* Hollanda & Costa, 2018).

A respeito do auxílio creche, alguns relatos apontaram que ele já foi implementado em algumas instituições de ensino superior, mas foi trazido pelas participantes que por vezes é um auxílio insuficiente. Já, o acesso à creche institucional foi posto como prioritário pela maioria das respondentes. Há uma política pública deficitária no que diz respeito ao acesso à creche pública,

já que a oferta não consegue suprir a demanda, mesmo sendo uma obrigação constitucional do Estado (Soares, 2015).

Trussell (2015 *apud* Almeida, 2020) traz que há limitações na progressão da carreira de mães acadêmicas e aponta o não acesso à creche como causa. A questão da creche também precisa ser vista com um olhar interseccional relativo às diferenças de classe social, uma vez que pessoas com situação financeira melhor conseguem acesso às creches em instituições privadas ou contratam profissional direcionado a auxiliar nos cuidados com o filho (Telles *et al.*, 2015 *apud* Nunes & Silva, 2020).

A universidade deveria assumir um compromisso antidiscriminatório de equidade e justiça social para se tornar um espaço mais democrático. Para isso, precisa garantir acesso e permanência para grupos minoritários (Nunes & Silva, 2020). A universidade não é um local acolhedor nem para a mãe nem para o seu filho, tampouco compreende a complexidade da maternidade na vida de estudantes (Bitencourt, 2017 *apud* Nunes & Silva, 2020). Dificuldade de assiduidade às aulas, de pontualidade, de concentração, entre outras coisas, como humor depressivo, medo e insegurança, são idiosincrasias encontradas em mães estudantes e que passam despercebidas pelas instituições de ensino. Além disso, as mães universitárias sofrem com assédio moral e a falta de compreensão dos colegas professores e estudantes para a sua problemática (Amorim, 2012).

Na categoria “benefício para o filho” há a solicitação de que a instituição de ensino compreenda que serviços e auxílios precisarão ser estendidos de forma gratuita à prole, como acesso à moradia e ao restaurante universitário, além da solicitação de que o filho possa acompanhar a mãe nas dependências da instituição, inclusive nas salas de aula. As mães universitárias reivindicam também locais na instituição adaptados para crianças, com opções de

lazer, para que elas permaneçam lá por um determinado período de tempo. A autora Amorim (2012) apresentou, além do já citado, relatos de casos de mães que foram expulsas de sala de aula por entrarem com filhos ou por tentarem amamentar.

Para 90% das participantes da pesquisa, a universidade não é um local acolhedor para mães. Isso nos remete ao conceito de território e sua correlação com gênero, sendo a universidade historicamente um espaço territorial de predominância masculina, planejada e estruturada para homens e o movimento feminista reivindica ocupar esse espaço para sair de seu lugar de subalternidade e alienação de poder (Scheffler, 2018). Por meio de luta emancipatória, desde o final do século XIX, é que a predominância masculina foi cedendo espaço pouco a pouco às mulheres (Pereira & Favaro, 2017). As universidades poderiam promover a humanização nas relações entre pessoas de sua comunidade, porém as instituições ainda precisam se transformar muito para serem um local mais inclusivo e menos sexista principalmente para mães.

Há também a necessidade de formalização de ações por meio de normas ou resoluções, nas instituições de ensino superior, que visem garantia de direitos para as mães universitárias, conforme apontado nas falas das participantes. As mães universitárias enfrentam vários obstáculos tanto na vida pessoal, como na vida estudantil, para a permanência no curso. A adoção de uma política de permanência pelas instituições de ensino poderia evitar abandono ou atraso na formação (Nunes & Silva, 2020).

Por fim, a categoria “reconhecimento das demandas das mães universitárias pela instituição de ensino” trouxe elementos que apontam que as universidades não fazem levantamento de dados sobre a representatividade das mães universitárias e suas demandas específicas, em decorrência disso o desenho de políticas de permanência dessas instituições

quase sempre não alcança as demandas específicas desse grupo. E essa não visibilidade também é uma forma de violência de gênero que ocorre no meio acadêmico e diante da falha da universidade, as mulheres buscam meios de enfrentamentos pela mobilização em coletivos (Adrião *et al.*, 2022).

Considerações Finais

A percepção das mulheres que fazem parte de coletivo de mães universitárias sobre a troca de apoio mútuo entre participantes do coletivo e a necessidade de apoio institucional para a permanência de mães no ambiente universitário proporciona uma proximidade com a realidade enfrentada, mostra vulnerabilidades vivenciadas e pode apontar caminhos que ainda precisam ser conquistados para usufruir do direito pleno de acesso, proteção e permanência nesses espaços. A sororidade e o suporte intragrupo são práticas informais de enfrentamento coletivo, muito importante para o fortalecimento do grupo, para a união em busca de objetivos comuns e também necessárias para quem delas se beneficiam.

Ao se trazer reflexões sobre a relevância do apoio institucional para o acolhimento das demandas do grupo de mães universitárias, por um lado busca-se apresentar as limitações que atualmente as instituições de ensino superior denotam sobre a temática e por outro lado busca-se compreender as potencialidades para promoção de ações que visem mudanças no ambiente acadêmico para que ele se torne mais inclusivo e próximo à realidade da comunidade universitária. É imperativo e urgente que as instituições de ensino superior reflitam sobre a necessidade de adoção de políticas de combate à violência de gênero e políticas de igualdade de gênero, para equiparar condições sociais desiguais entre os sujeitos.

O questionário recebeu respostas até a data de 01 de maio de 2022. Implementações de ações nos coletivos ou nas instituições de ensino superior posteriores a essa data podem não ter

sido contempladas nas respostas das participantes. Ao todo, 20 pessoas optaram por participar da pesquisa. As hipóteses levantadas para a baixa adesão à participação na pesquisa, comparado ao número total de pessoas que poderiam participar, podem ser pelo excesso de atividades domésticas, excesso de demandas de trabalho e estudo, desgaste psicológico e emocional provocado pela experiência de mais de dois anos da pandemia do vírus SARS-CoV2, e, no caso da Universidade de Brasília, o período de coleta de dados coincidiu com o período de finalização do semestre letivo.

Por fim, entendo a limitação do estudo e com pretensões de ampliar as reflexões sobre a temática, é sugestivo que outras pesquisas sejam realizadas, para se poder coletar dados tanto das instituições de ensino superior, estas sendo públicas ou privadas, quanto das mães universitárias, que participem de coletivos não. Pesquisas essas que possam elucidar alguns pontos não vislumbrados e aprofundar sobre o direito e possibilidades de permanência de mães universitárias no ensino superior, no intuito de trazer mais informações que possam indicar caminhos para a implementação de políticas públicas mais inclusivas para esse grupo.

Referências

- Adrião, K.G., Rabello, D.C., Martorelli, B.P., & Rodrigues, B.M. (2022). A universidade é pública, nosso corpo não: Trajetórias de um coletivo feminista na Universidade Federal de Pernambuco. In T. M. Almeida & V. Zanello (Orgs.), *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas* (pp.415–438). Ordem dos Advogados do Brasil.
- Almeida, C. I. (2020). *Maternidade e academia: Políticas de inclusão de gênero na academia* [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Propaganda e Marketing]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <http://tede2.espm.br/handle/tede/523>

- Almeida, T.M. & Zanello, V. (2022). Visões sobre a violência contra as mulheres nas universidades: Uma introdução a problemática no Brasil e na América Latina. In T. M. Almeida & V. Zanello (Orgs.), *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas* (pp.XVII–XXXII). Ordem dos Advogados do Brasil.
- American Psychological Association. (2020). *Publication manual of the American Psychological Association* [*Manual de publicação da Associação Americana de Psicologia*]. (7th ed.).
<https://doi.org/10.1037/0000165-000>
- Amorim, T. C. (2012). A formação acadêmica das mães universitárias do *campus* Clóvis Moura: Um olhar para a qualidade. *Realize*.
<https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2012/ae0eb3eed39d2bcef4622b2499a05fe6.pdf>
- Azevedo, K.R., & Arrais, A.R. (2006). O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (2),pp.269–276. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000200013>
- Boulos, G. C. (2016). *Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo*[Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP.
<https://doi.org/10.11606/D.5.2017.tde-06062017-084608>
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.
- Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010. (2010). Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Presidência da República.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm

- Garcia, D. A., & Sousa, L. M. (2015) A sororidade no ciberespaço: Laços feministas em militância. *Estudos linguísticos*, 44 (3); pp.991–1008. <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1032/613>
- Gomes, R. (2009). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In M. C. Minayo (Org.), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (28ª ed., pp. 79–108). Vozes.
- Haesbaert, R. (2004). *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. UFRGS.
<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>
- Hollanda, H. B. & Costa, C. (2018). Rede. In H. Hollanda (Org.), *Explosão feminista: Arte, cultura, política e universidade* (2ª ed., pp. 43–60). Companhia das Letras.
- Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993. (1993). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Presidência da República.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm
- Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012. (2012). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm
- Melo, H. P., & Morandi, L. (2021). A divisão sexual do trabalho no contexto da pandemia. *Revista Trabalho Necessário*, 19(38), pp. 105–125.
<https://doi.org/10.22409/tn.v19i38.45884>
- Minayo, M. C. (Org.).(2009). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (28ª ed.). Vozes.
- Nunes, C., & Silva, L. M. . (2020). Acesso e permanência na educação superior X exercício da maternagem: Entre trajetórias, representações e exigibilidade de políticas estudantis.

- Direito.UnB - Revista De Direito Da Universidade De Brasília*, 4(1), 41–79.
<https://www.periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/28322>
- Piedade, V. (2017). *Dororidade* (1ª ed.). Nós.
- Pereira, A. C., & Favaro, N. A. (2017). História da mulher no ensino superior e suas condições atuais de acesso e permanência. *Educere: XIII Congresso Nacional de Educação*, pp.5527–5542. https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26207_12709.pdf
- Perez, O. C., & Ricoldi, A. M. (2019). A quarta onda feminista: Interseccional, digital e coletiva. *X Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP)*.
<https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>
- Perez, O. C., & Silva, A. L., Filho. (2018). Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude*, 11(1), pp. 255–294.
<https://doi.org/10.28998/2179-5428.20170107>
- Rodrigues, A. K., & Alves, C. B. (2021). Mulheres negras e maternidade na universidade: Um estudo de caso. *Revista Temas em Educação*, 30 (3). <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2021v30n3.59842>
- Scheffler, M. L. (2018). Território e gênero: Territorialidades ausentes. In C. Rodrigues, D. Andrade, M. Mano, M. Zucco & Araújo, J. (Orgs.), *Territorialidades: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres* (pp. 23–82). EDUFBA.
- Silva, B. C. (2019). *Patriarcado e teoria política feminista: Possibilidades na ciência política* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/31963>
- Silva, J. M. (2019). *Feminismo na Atualidade: A Formação da Quarta Onda*. [s.n.].

- Silva, J. M., & Salvador, A. C. (2021). Coletivos de mães universitárias: Rompendo com a história da exclusão feminina nas universidades. *Anais do 31º Simpósio Nacional de História: História, verdade e tecnologia*, 8. ANPUH–Brasil.
<https://www.snh2021.anpuh.org/site/anais#J>
- Silva, T. D. (2020). Ação afirmativa e população negra na educação superior: Acesso e perfil discente. *Texto para Discussão*. IPEA.
https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2569.pdf
- Soares, B. V. (2015). A política pública creche no Brasil como ferramenta de emancipação e autonomia das mulheres: Breves considerações. *VII Jornada Internacional Políticas Públicas*. <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/a-politica-publica-creche-no-brasil-como-ferramenta-de-emancipacao-e-autonomia-das-mulheres-breves-consideracoes.pdf>
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação* (1ª ed.). Appris.

Considerações Finais da Dissertação

A temática desse trabalho, que se situa entre os estudos de gênero em uma perspectiva crítica e transversal, teve o objetivo de trazer um olhar sobre as práticas relacionais e institucionais que se observam no enfrentamento de mulheres em coletivos de mães, no ambiente universitário. Qual a relevância de se estudar gênero em uma perspectiva crítica? O problema que sofremos não é individual, é coletivo. O problema não é de uma relação abusiva, são várias relações abusivas no decorrer da vida. O problema não é pontual, é estrutural. O problema não é porque nascemos mulheres e sim porque nascemos mulheres em uma sociedade machista, sexista, altamente gendrada e desigual. Uma sociedade planejada por homens e para homens. A luta é de todas e quanto antes percebermos isso, melhor! Há necessidade de se modificar a natureza das relações sociais e interpessoais e conviver em sociedade de forma menos violenta e mais igualitária.

As mulheres que tomaram a iniciativa de participar de coletivos com pautas feministas estão a um passo à frente, pois já perceberam que é preciso desnaturalizar a opressão sofrida e a união de forças é necessária para fazer o enfrentamento social. O Manuscrito I versou primeiro sobre feminismos e sororidade, que se apresentaram como pedagogias que se incentivam a aprender nas trocas e vivências nos coletivos feministas. Para se obter conhecimento sobre feminismos é necessário olhar o seu histórico, os debates que ocorreram, os direitos e conquistas agregados a causa e as lutas diárias que travamos para habitar em um mundo mais igualitário. Em relação à sororidade, se pode constata-la nas trocas e práticas diárias de escuta, compartilhamento, empatia e ajuda no coletivo. Uma apoia a outra, e o grupo ganha força em conjunto.

Ainda no Manuscrito I, se destacou o enfrentamento coletivo de mulheres à violência de gênero na universidade. Há vários relatos de violência de gênero em âmbito universitário: assédio moral, assédio sexual, violência física, violência sexual, violência institucional, violência simbólica, etc. (Silveira & Fernandes, 2017).

No decorrer da história do ocidente, houve exclusão das mulheres ao ambiente acadêmico e ainda hoje há dificuldade de acesso, principalmente aos cursos que são de profissões economicamente mais valorizadas (Pereira & Favaro, 2017). A Universidade está inserida dentro de uma sociedade de estrutura patriarcal e reproduz desigualdades de poder em suas relações sociais, tendo sua história de formação com pouca participação feminina em cargos estratégicos institucionais e por vezes ainda segue dessa forma, com práticas excludentes e que invisibilizam o gênero feminino na participação acadêmica, apesar das transformações que sofreu durante os anos (Souza, 2018).

No intuito de incrementar o estudo com relatos de sujeitos envolvidos com o fenômeno, foi decidido no Manuscrito II coletar dados de forma empírica para trazer a percepção das mulheres que estão inseridas em um coletivo com pauta feminista em âmbito universitário para estudar esse fato. Primeiro foi planejado fazer grupo focal, objetivando estudar fatores motivacionais para a prática da militância. Porém, com o advento da pandemia, esse projeto inicial foi reconsiderado e se voltou a pesquisa para estudar, junto a coletivos de mães universitárias, por meio de questionário eletrônico, via internet e com alcance nacional, a percepção destas sobre aspectos do apoio mútuo entre pares no coletivo e do apoio da instituição de ensino superior para as suas demandas.

A prioridade do estudo recaiu sobre os coletivos de mães universitárias uma vez que, durante o período da pandemia, esse pareceu ser o grupo com demandas mais urgentes, pois

houve fechamento temporário de creches e escolas, e conseqüentemente, acúmulo de tarefas para as mães e sobrecarga de trabalho doméstico, intensificando ainda mais as dificuldades vivenciadas. Os coletivos de mães universitárias também são coletivos feministas que militam em âmbito universitário. Além das pautas que outros coletivos feministas já trazem, os coletivos de mães chamam atenção para suas interseccionalidades e especificidades, principalmente quando se trata do ambiente acadêmico.

A representação social da maternidade traz a mãe como a principal responsável pelos cuidados da prole, correlacionando esse comportamento a algo natural e instintivo. O ideal de boa mãe é a mulher que sacrifica a si em favor do filho; uma mãe amável, doce, compreensiva, calma, entre outras coisas. Não cabe nesse modelo a ambivalência de sentimentos que a concretização da relação afetiva entre mãe e filho enseja (Azevedo & Arrais, 2006). A mulher não é socialmente incentivada a se dedicar ao trabalho ou ao estudo, nos primeiros anos de vida de seus filhos.

O papel social esperado de uma mãe, aprendido e internalizado por elas pela pedagogia de gênero que receberam durante sua formação social como sujeito tem um ônus muito grande para a mulher, pela dedicação integral e sacrifício de si na dedicação ao cuidado do outro e é muito difícil realizar isso, principalmente sem suporte de uma rede de apoio (Zanello, 2018).

Busquei na pesquisa trazer percepções de como as relações de troca se dão dentro de uma rede de apoio, como os coletivos de mães universitárias e percepções também sobre a relação com a instituição de ensino superior na qual as participantes estavam vinculadas, sendo que esta instituição deveria ser uma rede de apoio mais ampla, ajudando na permanência e formação das mães. O resultado da pesquisa empírica nos trouxe que há invisibilidade do sujeito mãe na academia, as mulheres mães perceberam isso e estão se agrupando em coletivos para se apoiarem

e lutarem para que suas demandas sejam vistas e contempladas nos planejamentos e ações institucionais.

O quantitativo de participantes na pesquisa foi pequeno, ou pelo menos, abaixo do esperado, o que não inviabiliza a obtenção de conteúdo relevante em uma pesquisa de método misto, porém um maior número de participantes poderia ampliar as possibilidades e diversidades de vivências, algo que poderia enriquecer a percepção do fenômeno estudado. A pesquisa trouxe a perspectiva de mães discentes, todavia outras pesquisas poderiam ter como participantes diferentes representantes da comunidade universitária, como as mães docentes. Pesquisas que tenham como objetivo o estudo da relevância de políticas públicas e políticas institucionais direcionadas a permanência de mães universitárias também seriam muito salutares. Deixo aqui essas sugestões para futuras pesquisas.

Conduzi a pesquisa com a intenção de trazer dados que colaborem de alguma forma com o planejamento e desenvolvimento de trabalhos institucionais que ajudem na formação profissional de mulheres e promovam a emancipação feminina. Espero que os resultados da pesquisa possam auxiliar as pessoas que de alguma maneira se sintam tocadas pela temática.

Por fim, atualmente as mulheres representam a maioria do corpo discente, segundo Censo da Educação Superior 2020, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2022), e estão se organizando de forma política internamente para lutar por sua permanência no ensino superior. Não seria esse o momento de as instituições de ensino superior revisarem suas práticas e adotarem políticas que promovam igualdade de gênero no ambiente acadêmico?

Referências

- American Psychological Association. (2020). *Publication manual of the American Psychological Association* [Manual de publicação da Associação Americana de Psicologia]. (7th ed.).
<https://doi.org/10.1037/0000165-000>
- Azevedo, K.R., & Arrais, A.R. (2006). O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (2), pp.269–276. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000200013>
- INEP (2022). *Censo da Educação Superior 2020: Notas estatísticas*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf
- Pereira, A. C., & Favaro, N. A. (2017). História da mulher no ensino superior e suas condições atuais de acesso e permanência. *Educere: XIII Congresso Nacional de Educação*, pp.5527–5542. https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26207_12709.pdf
- Silveira, L., & Fernandes, W. X. (2017). A violência contra mulheres na universidade: denúncias e enfrentamento. *Laboratórios de Estudo de Gênero, Poder e Violência*.
<https://legpv.ufes.br/violencia-contra-mulheres-na-universidade-denuncias-e-enfrentamento>
- Souza, R. G. (2018). Gênero e mulheres nas universidades: O que a UFBA nos revela na composição da gestão acadêmica universitária? In C. Rodrigues, D. Andrade, M. Mano, M. Zucco & Araújo, J. (Orgs.), *Territorialidades: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres* (pp. 287–301). EDUFBA.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação* (1^a

ed.). Appris.

Anexo A

Instrumento de Coleta de Dados

Formulário: Coletivo de mães universitárias - aspectos de apoio mútuo e institucional

(A pesquisa levará aproximadamente 8 minutos para ser concluída.)

1. Qual o nome da instituição de ensino a qual você está vinculada?

(espaço para texto de resposta curta)

2. Qual o seu vínculo com a universidade?

- Discente de graduação
- Discente de pós-graduação
- Docente
- Servidora Técnica
- Terceirizada
- Outra (espaço habilitado para resposta curta)

3. Turno no qual executa atividades no *campus*

- Diurno
- Noturno
- Ambos os turnos
- Outra (espaço habilitado para resposta curta)

4. Raça/Cor/Etnia

- Preta
- Parda
- Indígena
- Branca
- Amarela
- Prefiro não informar

5. Identidade de gênero

- Cisgênero
- Transgênero
- Não-binário
- Agênero
- Gênero fluido
- Intersexo
- Prefiro não informar

6. Orientação Sexual

- Homossexual
- Heterossexual
- Assexual
- Bissexual

- Pansexual
- Prefiro não informar

7.Qual a sua idade?

(espaço para texto de resposta curta)

8.Quantos filhos(as) você tem?

- 1
- 2
- 3
- 4
- mais de 4

9.Qual a idade de seu/sua filho(a) mais novo(a)?

- 0 a 2 anos
- 3 a 5 anos
- 6 a 12 anos
- acima de 12 anos

10.Você executa alguma atividade remunerada, como trabalho ou estágio?

- Sim
- Não

11.Renda Média Mensal *Per Capita* (resultado da soma da renda mensal recebida por cada morador, dividido pelo total de moradores do domicílio).

- Não possui renda
- Até meio salário mínimo
- Mais de meio salário mínimo até 1 salário mínimo
- Mais de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos
- Acima de 2 salários mínimos

12.Qual a distância de sua residência ao *campus* universitário em que você está vinculada?

- Até 10 km
- Mais que 10 km a 20 km
- Mais que 20 km a 50 km
- Mais que 50 km a 100 km
- Mais que 100 km

13.Você faz uso regular de transporte público para se deslocar ao *campus*?

- sim
- não

14.Há outros adultos que te auxiliam de forma regular nas atividades de cuidados de seu/sua filho(a)?

- sim, todos os dias
- sim, apenas nos dias úteis
- sim, nos finais de semana e feriados

- sim, em dias intercalados
 não
 Outra (espaço habilitado para resposta curta)

15. Onde seu/sua filho(a) fica enquanto você trabalha ou estuda?

- Em casa, sob minha responsabilidade (trabalho e/ou estudo remoto)
 Em casa, sob a responsabilidade de outro adulto
 Em creche ou escola
 Em outro local
 Outra (espaço habilitado para resposta curta)

16. Qual o semestre e o ano você ingressou no coletivo de mães?

(espaço para texto de resposta curta)

17. De que forma o coletivo de mães contribui para sua permanência na universidade?

(espaço para texto de resposta longa)

18. Qual reivindicação do coletivo de mães você considera prioritária?

(espaço para texto de resposta longa)

19. Sobre a interação entre pares no coletivo do qual você faz parte, classifique as ações conforme sua percepção

	Nunca	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente	Muito Frequentemente
a) Troca de informações pertinentes sobre cuidados de crianças/adolescentes					
b) Troca de informações pertinentes sobre a saúde da mãe					
c) Troca de informações pertinentes sobre protocolos e ações institucionais					
d) Oferta ou busca de apoio emocional					
e) Oferta ou busca de apoio para o cuidado de filho(a)					
f) Oferta ou busca de ajuda material ou					

financeira					
g) Ações voltadas para reivindicações de pautas para mães perante a instituição de ensino					

20. Quais ações você acrescentaria, além das citadas acima, que ocorrem nas interações dentro do coletivo?

(espaço para texto de resposta longa)

21. Você considera a Universidade na qual você está vinculada um espaço acolhedor para mães?

- sim
 não

22. Você conhece auxílios que beneficiem mães, em sua instituição? Quais?

(espaço para texto de resposta longa)

23. Você usufrui atualmente de algum auxílio da universidade por ter filhos?

- sim
 não

24. Você já usufruiu de licença maternidade na sua instituição?

- sim
 não, apesar de necessitar
 não houve necessidade de pedir
 Outra (espaço habilitado para resposta curta)

25. Classifique as demandas abaixo conforme importância para você

	Não é importante	Pouco importante	Moderado	Importante	Muito importante
a) Instalação de fraldários					
b) Disponibilização de disciplinas remotas					
c) Obtenção ou manutenção de auxílio creche					
d) Disponibilização de creche institucional					
e) Acesso livre					

com a criança ou adolescente aos ambientes institucionais					
f) Cotas para mães em editais de pesquisa					
g) Criação de espaço para acolhimento e cuidado em saúde mental da mãe					
h) Adoção de política institucional de igualdade de gênero					
i) Ampliação da licença maternidade					

26. Quais das ações dos itens listados na classificação anterior já se encontram implementadas na sua universidade?

(espaço para texto de resposta longa)

27. Quais ações além das listadas acima você sugeriria para acrescentar à lista?

(espaço para texto de resposta longa)

28. Descreva como o período da pandemia do vírus SARS-CoV-2 alterou sua rotina doméstica:

(espaço para texto de resposta longa)

29. E-mail

(espaço para texto de resposta curta)